

## **Anexo 1.5-1 - Resumo da Legislação Ambiental Aplicada**



## Resumo da Legislação Ambiental Aplicada

Quadro 1 - Legislação Federal Aplicável

Norma	Ementa	Eixo Temático
Constituição Federal	Da Proteção ao Meio Ambiente - arts. 225 e seguintes	Constituição Federal
Lei nº 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 5.975/06.	Flora e Fauna
Lei nº 10.711/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM. Regulamentada pelo Decreto 5.153/04.	Flora e Fauna
Lei nº 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis 6.938/81, 9.605/98, 10.683/03. Alterada pela Lei 11.516/07. Regulamentada pelos Decretos 6.063/07 e 7.167/10.	Flora e Fauna
Lei nº 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Altera a Lei 9.605/98. Alterada pela Lei 12.651/12. Regulamentada pelo Decreto 6.660/08.	Flora e Fauna
Lei nº 12.484/2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu.	Flora e Fauna
Lei nº 12.651/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938/81, 9.393/96 e 11.428/06. Revoga a Lei 4.771/65. Alterada pela Lei 12.727/12.	Flora e Fauna
Lei nº 12.725/2012	Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos.	Flora e Fauna
Lei nº 12.727/2012	Altera a Lei 12.651/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938/81 e 11.428/06; e revoga as Leis 4.771/65 e 7.754/89, a Medida Provisória 2.166-67/01, e o § 2º do art. 4º da Lei 12.651/12.	Flora e Fauna
Lei nº 5.197/1967	Estabelece o tratamento que deve ser dispensado à fauna. Modificada pelas Leis 7.584/87, 7.653/88, 9.111/95 e 9.985/00.	Flora e Fauna
Lei nº 7.584/1987	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei 5.197/67.	Flora e Fauna
Lei nº 7.653/1988	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei 5.197/67.	Flora e Fauna
Lei nº 9.111/1995	Acrescenta dispositivo à Lei 5.197/67.	Flora e Fauna
Decreto nº 3.420/2000	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas - PNF. Alterado pelos Decretos 4.864/03 e 5.794/06.	Flora e Fauna
Decreto nº 318/1991	Promulga o novo texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais.	Flora e Fauna
Decreto nº 4.703/2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade.	Flora e Fauna
Decreto nº 4.864/2003	Acresce e revoga dispositivos do Decreto 3.420/00, que dispõe sobre o Programa Nacional de Florestas.	Flora e Fauna
Decreto nº 5.153/2004	Aprova o Regulamento da Lei 10.711/03, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas.	Flora e Fauna
Decreto nº 5.794/2006	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 3.420/00, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 5.975/2006	Regulamenta o art. 4o, inciso III, da Lei 6.938/81, o art. 2o da Lei 10.650/03, e altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 3.420/00. Modificado pelo Decreto 6.514/08, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.	Flora e Fauna
Decreto nº 58.054/1966	Promulga a Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América, assinada pelo Brasil, em 27/02/40.	Flora e Fauna
Decreto nº 6.063/2007	Regulamenta dispositivos da Lei 11.284/06, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável.	Flora e Fauna
Decreto nº 6.660/2008	Regulamenta dispositivos da Lei 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica.	Flora e Fauna
Decreto nº 7.167/2010	Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.	Flora e Fauna
Decreto nº 97.633/1989	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna - CNPF.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 01/1991	Regulamenta a exploração de vegetação caracterizada como pioneira, capoeirinha, capoeira, floresta descaracterizada e floresta secundária e proíbe a exploração em floresta primária.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 05/2011	Estabelece critérios e procedimentos para as análises dos pedidos e concessões de anuências prévias para a supressão de vegetação de Mata Atlântica primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração, nos termos do art. 19 do Decreto 6.660/08.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 09/2011	Estabelece procedimentos para a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea natural que contemple a espécie pau-rosa (Aniba roseodora), o que somente será permitido mediante Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, que atenda às especificações da Instrução Normativa MMA 04/06, bem como da Instrução Normativa MMA 05/06.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 11/2011	Estabelece procedimentos para transporte e armazenamento de plantas matrizes das espécies nativas do Brasil das famílias Bromeliaceae, Cactaceae e Orchidaceae constantes em listas oficiais da flora ameaçada de extinção e/ou nos anexos da CITES.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 112/2006	Estabelece que o Documento de Origem Florestal - DOF constitui-se licença obrigatória para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa. Alterada pelas Instruções Normativas IBAMA 134/06 e 187/08.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 134/2006	Altera a Instrução Normativa IBAMA 112/06, que dispõe sobre o Documento de Origem Florestal (DOF).	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 141/2006	Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 146/2007	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre em áreas de influência de empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de impacto à fauna. Alterada pela Portaria Normativa MMA 10/09.	Flora e Fauna
Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO e o Comitê de Assessoramento Técnico do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - CAT SISBIO. Fixa normas sobre coleta e transporte de material biológico e sobre pesquisas em unidade de conservação federal ou em cavidade natural subterrânea.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa IBAMA nº 187/2008	Define procedimentos e padrões de nomenclatura e coeficientes para indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, inclusive carvão vegetal. Altera a Instrução Normativa IBAMA 112/06.	Flora e Fauna
Instrução Normativa ICMBio nº 22/2012	Estabelece os procedimentos para os programas de cativeiro de espécies ameaçadas.	Flora e Fauna
Instrução Normativa ICMBio nº 23/2012	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira.	Flora e Fauna
Instrução Normativa ICMBio nº 33/2013	Dispõe sobre o acesso e o uso de dados e informações custodiados pelo ICMBio por meio do Sistema de Autorização e Informação e Biodiversidade (SISBIO).	Flora e Fauna
Instrução Normativa ICMBio nº 34/2013	Disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 09/2005	Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de sementes. Alterada pelas Instruções Normativas MAPA 17/05 e 42/09.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 17/2005	Altera o item 7.6 das Normas para Produção, Comercialização e Utilização de Sementes aprovadas pela Instrução Normativa MAPA 09/05. Altera a Instrução Normativa MAPA 09/05.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 24/2005	Aprova as normas para produção, comercialização e utilização de mudas. Alterada pela Instrução Normativa MAPA 42/09.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MAPA nº 42/2009	Altera as Instruções Normativas MAPA 09/05 e 24/05.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos das entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente em relação ao embargo de obras ou atividades que impliquem desmatamento, supressão ou degradação florestal, quando constatadas infrações administrativas ou penais contra a flora.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/2010	Publica as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, com as alterações estabelecidas na XV Conferência das Partes da referida Convenção, realizada entre 13 e 15 de março de 2010.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 03/2003	Atualiza a Lista Oficial de Espécies de Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 06/2008	Reconhece, como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes do Anexo I a esta Instrução Normativa.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/1996	Dispõe sobre a Reposição Florestal Obrigatória e o Plano Integrado Florestal.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 01/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável - PMFS da Caatinga e suas formações sucessoras.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 06/2006	Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal.	Flora e Fauna
Instrução Normativa MMA nº 06/2008	Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçada de extinção aquelas constantes do Anexo I e reconhece como espécies da flora brasileira com deficiência de dados aquelas constantes do Anexo II a esta Instrução.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa nº ICMBio nº 09/2010	Estabelece procedimentos para a obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação no interior de Florestas Nacionais para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, bem como para uso alternativo do solo, nas hipóteses admitidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, pelo ato de criação da Unidade de Conservação e por seu respectivo Plano de Manejo.	Flora e Fauna
Instrução Normativa SFB nº 002/2007	Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, define os tipos de vegetação e as formações de cobertura florestal, para fins de identificação das florestas públicas federais. Alterada pela Instrução Normativa SFB 003/11.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 06-N/1992	Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção, acrescentando uma espécie ( <i>Astronium fraxinifolium</i> ) à Lista publicada pela Portaria IBAMA nº 37-N, de 03 de abril de 1992.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 1.522/1989	Dispõe sobre a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 218/1989	Normaliza os procedimentos quanto às autorizações de derrubada e exploração florestal envolvendo área de Mata Atlântica. Alterada pela Portaria IBAMA 438/89.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 37-N/1992	Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 438/1989	Altera o art. 4º da Portaria IBAMA 218/89, que passa a ter a seguinte redação: "Para efeito das disposições desta Portaria, o IBAMA considerará como Mata Atlântica, a tipologia plotada no Mapa de Vegetação do Brasil, elaborado pelo IBGE/SEPLAN/PR, em convênio com o ex- IBDF/MA, de 1988."	Flora e Fauna
Portaria IBAMA nº 104-N/1999	Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Ly e Cleo, no Município de Monte Sião, Minas Gerais.	Unidade de Conservação
Portaria ICMBio nº 130/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios Ameaçados da Mata Atlântica ( <i>Amazona brasiliensis</i> , <i>Amazona rhodocorytha</i> , <i>Amazona pretrei</i> e <i>Amazona vinacea</i> ) - PAN Papagaios.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 132/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional da Onça - Pintada ( <i>Panthera onca</i> ), felino ameaçado de extinção e institui o Grupo Estratégico de Conservação e Manejo.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 22/2012	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Eriocaulaceae do Brasil - PAN Sempre Vivas, contemplando 16 espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de supervisão.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 37/2012	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas do Nordeste - PAN Primatas do Nordeste, contemplando cinco espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 38/2012	Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Aves Ameaçadas da Caatinga - PAN Aves da Caatinga, contemplando 14 táxons ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo, metas, ações, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 84/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Cactáceas do Brasil, prioritariamente 28 espécies ameaçadas de extinção.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 88/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação da Ariranha.	Flora e Fauna
Portaria ICMBio nº 92/2010	Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação de Lepidópteros, com ênfase nas 55 espécies ameaçadas de extinção.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Portaria MMA n° 43/2014	Institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, com o objetivo de adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão, com vistas a minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies.	Flora e Fauna
Portaria MMA n° 253/2006	Institui, no âmbito do IBAMA, o Documento de Origem Florestal - DOF, em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF.	Flora e Fauna
Portaria MMA n° 320/2012	Cria o Programa Nacional de Conservação do Pau-Brasil ( <i>Caesalpinia echinata</i> ), a ser constituído de projetos que serão concebidos e executados de forma participativa e integrada pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas, governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada.	Flora e Fauna
Portaria MMA n° 53/2008	Institui o Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre - SISFAUNA.	Flora e Fauna
Portaria Normativa IBAMA n° 94/1998	Institui a queima controlada, como fator de produção e manejo em áreas de atividades agrícolas, pastoris, florestais e outras.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 03/1996	Define vegetação remanescente de Mata Atlântica.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 09/1996	Define "corredor de vegetação entre remanescentes" como área de trânsito para a fauna.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 11/1990	Dispõe sobre a revisão e elaboração de planos de manejo e licenciamento ambiental da Mata Atlântica.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 10/1993	Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão de Mata Atlântica. Altera a Resolução n° 04, de 1985. Complementada pelas Resoluções n° 01, 02, 04, 05, 06, 12, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34, de 1994; n° 07, de 1996, n° 261, de 1999, n° 391 e n° 392, de 2007. Alterada pela Resolução n° 11, de 1993. Convalidada pela Resolução n° 388, de 2007.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 278/2001	Dispõe sobre o corte e a exploração de espécies ameaçadas de extinção da flora da Mata Atlântica. Alterada pela Resolução CONAMA 300/02. Regulamentada pela Resolução CONAMA 317/02.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 300/2002	Complementa os casos passíveis de autorização de corte previstos no art. 2o da Resolução CONAMA 278/01.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 317/2002	Regulamenta a Resolução CONAMA 278/01.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 378/2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no Inciso III, § 1o, art. 19 da Lei 4.771/65. Alterada pela Resolução CONAMA 428/10.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 379/2006	Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.	Flora e Fauna
Resolução CONAMA n° 388/2007	Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4o § 1o da Lei 11.428/06.	Flora e Fauna
Resolução SFB n° 03/2011	Acrescenta o § 3o, incisos I e II ao art. 16 da Resolução SFB 002/07.	Flora e Fauna
Decreto n° 8.235/2014	Disciplina os Programas de Regularização Ambiental (PRA) para Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, mediante recuperação, recomposição, regeneração ou compensação. Institui o Programa Mais Ambiente Brasil.	Flora e Fauna

Norma	Ementa	Eixo Temático
Instrução Normativa FUNAI nº 01/2012	Estabelece normas sobre a participação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades potencial e efetivamente causadoras de impactos ambientais e socioculturais que afetem terras e povos indígenas.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 02/2012	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 08/2011	Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto no Decreto 4.340/02, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848/09.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 14/2011	Altera e acresce dispositivos à Instrução Normativa IBAMA184/08.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 17/2011	Regulamenta o processo administrativo de apuração, determinação e constituição de crédito tributário decorrente da TCFA no âmbito do IBAMA, o auto de infração por descumprimento das obrigações acessórias daí decorrentes, relativas ao Cadastro Técnico Federal - CTF e o parcelamento desses valores quando ainda não inscritos em dívida ativa.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa IBAMA nº 184/2008	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental federal. Alterada pela Instrução Normativa IBAMA 14/11.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 04/2009	Estabelece procedimentos administrativos para autorização de atividades condicionadas ao controle do poder público e não sujeitas ao licenciamento ambiental previsto na Resolução CONAMA 237/97 e de atividades cuja autorização seja exigida por normas específicas.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 05/2009	Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 20/2011	Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei 9.985/00, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.	Licenciamento Ambiental
Instrução Normativa ICMBio nº 30/2012	Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a execução de compensação espeleológica de que trata o art. 4o, § 3o, do Decreto 99.556/90, alterado pelo Decreto 6.640/08, para empreendimentos que ocasionem impacto negativo irreversível em cavidade natural subterrânea classificada com grau de relevância alto e que não possuam na sua área, conforme análise do órgão licenciador, outras cavidades representativas que possam ser preservadas sob a forma de cavidades testemunho.	Licenciamento Ambiental
Portaria Interministerial nº 419/2011	Regulamenta a Atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental de que trata o art. 14 da Lei 11.516/2007 e regulamenta a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Licenciamento Ambiental
Portaria MMA nº 416/2010	Cria, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a Câmara Federal de Compensação Ambiental - CFCA.	Licenciamento Ambiental
Portaria MMA nº 421/2011	Dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica.	Licenciamento Ambiental

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA nº 01/1986	Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Modificada pelas Resoluções CONAMA 011/86 e 237/97.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 01/1988	Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 06/1986	Dispõe sobre a aprovação de modelos para publicação de pedidos de licenciamento. Complementada pela Resolução CONAMA 281/01.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 06/1987	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de obras do setor de geração e distribuição de energia elétrica.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 09/1987	Regulamenta a questão das Audiências Públicas. Vigente, mas em processo de revisão.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 11/1986	Altera e acrescenta incisos no art. 2º da Resolução CONAMA 001/86.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 237/1997	Revisa procedimentos e critérios utilizados no Licenciamento Ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Essa Resolução complementa e altera, em parte, a Resolução CONAMA 001/86.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 279/2001	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 281/2001	Dispõe sobre os pedidos de licenciamento, sua renovação e concessão. Complementa a Resolução CONAMA 006/86.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 371/2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei 9.985/00. Revoga a Resolução CONAMA 02/96, que trata desse assunto. Alterações: decisão do STF de 09/04/08 e Decreto 6.848/09, adiante.	Licenciamento Ambiental
Resolução CONAMA nº 428/2010	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o art. 36, § 3º, da Lei 9.985/00, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA. Revoga as Resoluções nº 10, de 1988, nº 11, de 1987, nº 12, de 1988, nº 13, de 1990; altera as Resoluções nº 347, de 2004, e nº 378, de 2006.	Licenciamento Ambiental
Resolução IPHAN nº 230/2002	Estabelece procedimentos para a pesquisa e a prospecção arqueológica no licenciamento ambiental de empreendimentos.	Licenciamento Ambiental
Portaria MMA nº 55/2014	Estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA relacionados à Resolução nº 428/ 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e dá outras providências no âmbito do licenciamento ambiental federal.	Licenciamento Ambiental
Constituição Federal de 05.10.88, atualizada até a Emenda 70/12	O Título III, Capítulo II, art. 20, Inciso X, estabelece que as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, existentes no território nacional, são bens da União.	Patrimônio Cultural e Natural
Lei nº 12.343/2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.	Patrimônio Cultural e Natural
Lei nº 3.924/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.	Patrimônio Cultural e Natural

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei nº 7.668/1988	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto Legislativo nº 74/1977	Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto nº 3.551/2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto nº 5.753/2006	Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 12 de outubro de 2003 e assinada em 3 de novembro de 2003.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto nº 6.640/2008	Dá nova redação aos arts. 1o, 2o, 3o, 4o e 5o e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto 99.556/90.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto nº 80.978/1977	Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto nº 99.556/1990	Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. Alterado pelo Decreto 6.640/08.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto-Lei nº 25/1937	Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.	Patrimônio Cultural e Natural
Decreto-Lei nº 4.146/1942	Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos.	Patrimônio Cultural e Natural
Instrução Normativa MMA nº 02/2009	Estabelece a metodologia a ser utilizada na avaliação do grau de relevância das cavidades naturais subterrâneas.	Patrimônio Cultural e Natural
Portaria IBAMA nº 005/1997	Institui o Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV.	Patrimônio Cultural e Natural
Portaria IBAMA nº 887/1990	Determina a realização de diagnóstico da situação do patrimônio espeleológico nacional, através de levantamento e análise de dados, identificando áreas críticas e definindo ações e instrumentos necessários para a sua devida proteção e uso adequado.	Patrimônio Cultural e Natural
Portaria IPHAN nº 07/1988	Regulamenta os pedidos de permissão e autorização das pesquisas arqueológicas.	Patrimônio Cultural e Natural
Portaria IPHAN nº 230/2002	Dispõe sobre a necessidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico e define os procedimentos necessários à apreciação e acompanhamento das pesquisas arqueológicas.	Patrimônio Cultural e Natural
Portaria MMA nº 358/2009	Institui o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, que tem como objetivo desenvolver estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.	Patrimônio Cultural e Natural
Resolução CONAMA nº 347/2004	Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico. Revoga a Resolução nº 05, de 1987. Alterada pela Resolução CONAMA 428/10.	Patrimônio Cultural e Natural

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei nº 10.438/2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica e dá nova redação às Leis 9.427/96, 9.648/98 e 10.848/04.	Política Energética
Lei nº 10.848/2004	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica. Altera as Leis 9.074/95, 9.427/96, 9.648/98 e 10.438/02. Alterada pela Lei 12.111/09.	Política Energética
Lei nº 12.111/2009	Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis 9.074/95, 9.427/96, e 10.848/04; revoga dispositivos da Lei 9.648/98. Regulamentada pelo Decreto 7.246/10.	Política Energética
Lei nº 12.783/2013	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nos 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.	Política Energética
Lei nº 8.987/1995	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Alterada pela Lei 9.074/95.	Política Energética
Lei nº 9.074/1995	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos. Altera a Lei 8.987/95. Alterada pelas Leis 9.648/98 e 10.848/04. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 6.160/07.	Política Energética
Lei nº 9.427/1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica. Alterada pelas Leis 9.648/98, 10.438/02, 10.848/04 e 12.111/09.	Política Energética
Lei nº 9.648/1998	Altera dispositivos das Leis 9.074/95 e 9.427/96 e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias. Alterada pelas Leis 10.438/02, 10.848/04 e 12.111/09.	Política Energética
Decreto nº 1.717/1995	Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei 9.074/95.	Política Energética
Decreto nº 2.335/1997	Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Alterado pelo Decreto 2.364/97.	Política Energética
Decreto nº 2.364/1997	Altera o Decreto 2.335/97, que constitui a ANEEL.	Política Energética
Decreto nº 4.541/2002	Regulamenta os arts. 3º, 13, 17 e 23 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.	Política Energética
Decreto nº 5.163/2004	Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica. Alterado pelos Decretos 5.249/04, 5.271/04, 5.597/05, 5.911/06, 6.048/07, 6.210/07, 6.353/08, 7.129/10, 7.317/10 e 7.521/11.	Política Energética
Decreto nº 5.177/2004	Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei 10.848/04, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Alterado pelo Decreto 6.353/08.	Política Energética
Decreto nº 5.249/2004	Dá nova redação ao inciso XI do § 2º do art. 1º do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	Política Energética

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 5.271/2004	Altera dispositivos do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	Política Energética
Decreto nº 5.597/2005	Regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica e dá outras providências. Altera o § 8o do art. 71 do Decreto 5.163/04.	Política Energética
Decreto nº 5.911/2006	Estabelece procedimentos para prorrogação das concessões de uso do bem público dos empreendimentos de geração de energia elétrica de que trata o art. 17 da Lei 10.848/04. Altera o Decreto 5.163/04. Alterado pelo Decreto 7.317/10.	Política Energética
Decreto nº 6.048/2007	Altera os arts. 11, 19, 27, 34 e 36 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	Política Energética
Decreto nº 6.160/2007	Regulamenta os §§ 1o e 2o do art. 23 da Lei 9.074/95, com vistas à regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.	Política Energética
Decreto nº 6.210/2007	Altera dispositivos do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	Política Energética
Decreto nº 6.353/2008	Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o § 3o do art. 3o e o art. 3o-A da Lei 10.848/04, altera o art. 44 do Decreto 5.163/04 e o art. 2o do Decreto 5.177/04.	Política Energética
Decreto nº 7.129/2010	Dá nova redação ao art. 54 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	Política Energética
Decreto nº 7.246/2010	Regulamenta a Lei 12.111/09, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN. Alterado pelo Decreto 7.355/10.	Política Energética
Decreto nº 7.317/2010	Dá nova redação aos arts. 3o, 18, 24 e 27 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outra providência.	Política Energética
Decreto nº 7.355/2010	Acresce dispositivo ao Decreto 7.246/10, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN.	Política Energética
Decreto nº 7.521/2011	Dá nova redação aos arts. 24, 36 e 40 do Decreto 5.163/04, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica e dá outras providências.	Política Energética
Decreto nº 7.805/2012	Regulamenta a Medida Provisória no 579/12, convertida na Lei 12.783/13, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.	Política Energética
Decreto nº 7.891/2013	Regulamenta a Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária, e a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013.	Política Energética

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução Normativa ANEEL nº 279/2007	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados. Alterada pela Resolução Normativa ANEEL 486/12.	Política Energética
Resolução Normativa ANEEL nº 390/2009	Estabelece os requisitos necessários à outorga de autorização para exploração e alteração da capacidade instalada de usinas termelétricas e de outras fontes alternativas de energia, os procedimentos para registro de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.	Política Energética
Resolução Normativa ANEEL nº 391/2009	Estabelece os requisitos necessários à outorga de autorização para exploração e alteração da capacidade instalada de usinas eólicas, os procedimentos para registro de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.	Política Energética
Resolução Normativa ANEEL nº 486/2012	Altera a Resolução Normativa ANEEL 279/07.	Política Energética
Resolução Normativa ANEEL nº 546/2013	Altera as Resoluções Normativas nº 390 e 391, de 2009.	Política Energética
Resolução Normativa ANEEL nº 65/2004	Estabelece a energia assegurada de pequenas centrais hidrelétricas e a energia de referência de usinas eólicas e usinas termelétricas a biomassa.	Política Energética
Decreto nº 8.213/2014	Altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.	Política Energética
Decreto nº 3.365/1941	Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Política Urbana
Lei nº 10.257/2001	Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da política urbana, e estabelece diretrizes gerais dessa política. Alterada pelas Leis 11.673/08 e 12.608/12.	Política Urbana
Lei nº 10.932/2004	Altera o art. 4º da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.	Política Urbana
Lei nº 11.673/2008	Altera a Lei 10.257/01 - Estatuto da Cidade, para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.	Política Urbana
Lei nº 12.340/2010	Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Alterada pela Lei 12.608/12. Alterada pela Medida Provisória 631/13.	Política Urbana
Lei nº 12.608/2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis 12.340/10, 10.257/01 e 6.766/79.	Política Urbana
Lei nº 6.766/1979	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Alterada pelas Leis 9.785/99, 10.932/04, 11.445/07 e 12.608/12.	Política Urbana
Lei nº 9.785/1999	Altera a Lei 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.	Política Urbana
Medida Provisória nº 631/2013	Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres, sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil e dá outras providências.	Política Urbana

Norma	Ementa	Eixo Temático
Lei nº 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 11.445/2007	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Altera a Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano. Regulamentada pelo Decreto 7.217/10.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 11.516/2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; altera as Leis 7.735/89, 9.985/00 e 11.284/06.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 11.934/2009	Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos. Regulamentada pela Resolução ANEEL 398/10.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 7.390/10.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei 9.605/98.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 12.512/2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Regulamentada, em parte, pelo Decreto 7.644/11.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 6.225/1975	Dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	Proteção do Meio Ambiente
Lei Complementar nº 140/2011	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei 6.938/81.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 4.297/2002	Regulamenta o art. 9º, Inciso II, da Lei 6.938/81, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE. Alterado pelo Decreto 6.288/07.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 4.339/2002	Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 4.703/2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade. Alterado pelos Decretos 5.312/04 e 6.403/07.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 5.092/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 5.312/2004	Dá nova redação ao art. 7º do Decreto 4.703/03.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 6.043/2007	Dá nova redação ao art. 7º do Decreto 4.703/03.	Proteção do Meio Ambiente

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 6.288/2007	Dá nova redação ao art. 60 e acresce os arts. 6-A, 6-B, 6-C, 13-A e 21-A ao Decreto 4.297/02.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 6.514/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. Altera os Decretos 5.975/06 e 6.231/08. Modificado pelos Decretos 6.686/08, 7.029/09, 7.497/11, 7.640/11 e 7.719/12.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 6.515/2008	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental denominados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda- Parques.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 6.686/2008	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 6.514/08.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 6.792/2009	Altera e acresce dispositivos ao Decreto 99.274/90, para dispor sobre a composição e funcionamento do CONAMA.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.029/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente". Altera os arts. 55 e 152 do Decreto 6.514/08.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.217/2010	Regulamenta a Lei 11.445/07.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.390/2010	Regulamenta os arts. 60, 11 e 12 da Lei 12.187/09. Alterado pelo Decreto 7.643/11.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.497/2011	Dá nova redação ao art. 152 do Decreto 6.514/08.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.640/2011	Altera o art. 152 do Decreto 6.514/08.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.643/2011	Altera o art. 40 do Decreto 7.390/10, que regulamenta artigos da Política Nacional de Mudança do Clima	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.644/2011	Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei 12.512/11.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 7.719/2012	Altera o art. 152 do Decreto 6.514/08.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 77.775/1976	Regulamenta a Lei nº 6.225/975, que dispõe sobre discriminação, pelo Ministério da Agricultura, de regiões para execução obrigatória de planos de proteção ao solo e de combate à erosão.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 875/1993	Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 96.044/1988	Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.	Proteção do Meio Ambiente

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 7.830/2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651/12.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto nº 84.398/1980	Dispõe sobre a ocupação de faixas de domínio de rodovias e de terrenos de domínio público e a travessia de hidrovias, rodovias e ferrovias, por linhas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica e dá outras providências.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 01/2013	Regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (Cnorp) e estabelece sua integração com o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP), o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF-AIDA) e o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP) e define os procedimentos administrativos relacionados ao cadastramento e prestação de informações sobre resíduos sólidos, inclusive os rejeitos e os considerados perigosos.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 02/2012	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 04/2011	Estabelece procedimentos para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD ou Área Alterada, para fins de cumprimento da legislação ambiental, bem como dos Termos de Referência constantes dos Anexos I e II desta Instrução Normativa.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP, obrigatório para quem realiza: I - atividades potencialmente poluidora e utilizadoras de recursos ambientais relacionadas no anexo VIII da Lei Federal 6.938/81 e também quem, por força de normas específicas, esteja sujeitas a controle e fiscalização ambientais; II - extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente; III - extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora. Alterada pelas instruções normativas IBAMA 01/14, 03/14, 05/14 e 06/14.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 08/2011	Regulamenta, no âmbito do IBAMA, o procedimento da Compensação Ambiental, conforme disposto nos Decretos nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com as alterações introduzidas pelo Decreto 6.848, de 14 de maio de 2009.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 10/2013	Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental - CTF/AIDA.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa ICMBio nº 06/2009	Dispõe sobre o processo e os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa ICMBio nº 31/2013	Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais.	Proteção do Meio Ambiente
NBR-nº 10.004/2004	Classifica os resíduos sólidos quanto aos seus potenciais riscos ao meio ambiente e à saúde pública, para que possam ser gerenciados adequadamente.	Proteção do Meio Ambiente
NBR-nº 10.151/2000	Dispõe sobre a avaliação do ruído em áreas habitadas.	Proteção do Meio Ambiente

Norma	Ementa	Eixo Temático
NBR-n° 10.152/1987	Dispõe sobre nível de ruído para conforto acústico.	Proteção do Meio Ambiente
NBR-n° 13.221/2010	Especifica os requisitos para o transporte de resíduos terrestre, de modo a minimizar os danos ao meio ambiente e a proteger a saúde pública.	Proteção do Meio Ambiente
Portaria MMA n° 169/2012	Institui, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.	Proteção do Meio Ambiente
Portaria MMA n° 220/2003	Institui o Comitê de Integração de Políticas Ambientais - CIPAM, órgão de integração técnica e política do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.	Proteção do Meio Ambiente
Portaria IBAMA n° 149/1992	Dispõe sobre o registro de motosserra.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 001/1990	Dispõe sobre a emissão de ruídos.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 238/1997	Regulamenta a Política Nacional de Controle da Desertificação.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 267/2000	Protocolo de Montreal.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 313/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 348/2004	Altera a Resolução CONAMA 307/02, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 382/2006	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Complementada pela Resolução CONAMA 436/2011.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 411/2009	Dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos ou subprodutos florestais madeireiros de origem nativa.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 420/2009	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.	Proteção do Meio Ambiente
Lei n° 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA n° 422/2010	Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei 9.795/99.	Proteção do Meio Ambiente

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA nº 431/2011	Altera o art. 3o da Resolução CONAMA 307/02, estabelecendo nova classificação para o gesso.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA nº 436/2011	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anterior a 02 de janeiro de 2007. Complementa as Resoluções CONAMA 05/1989 e 382/2006.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONAMA nº 448/2012	Altera os arts. 2o, 4o, 5o, 6o, 8o, 9o, 10 e 11 da Resolução CONAMA 307/02.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução CONTRAN nº 204/2006	Regula a emissões de som de veículos automotores.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução Normativa ANEEL nº 398/2010	Regulamenta a Lei 11.934/09, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, na frequência de 60 Hz. Alterada pelas Resoluções Normativas ANEEL 413/10 e 616/2014.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução Normativa ANEEL nº 413/2010	Altera a redação dos arts. 6o e 8o, insere o art. 8º-A e substitui o Anexo da Resolução Normativa ANEEL 398/10.	Proteção do Meio Ambiente
Resolução Normativa ANEEL nº 616/2014	Altera a Resolução Normativa nº 398, de 23 de março de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, na frequência de 60 Hz	Proteção do Meio Ambiente
Portaria INMETRO nº 547/2012	Estabelece Requisitos de Avaliação da Conformidade para Manejo Florestal Sustentável.	Proteção do Meio Ambiente
Portaria INMETRO nº 54/2014	Inclui novo item nos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Manejo Florestal Sustentável, aprovados pela Portaria Inmetro nº 547, de 25 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2012, seção 01, página 78, no Capítulo 6, Etapas do Processo de Avaliação da Conformidade.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa IBAMA nº 06/2014	Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Revoga a Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009.	Proteção do Meio Ambiente
Instrução Normativa MMA nº 02/2014	Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR.	Proteção do Meio Ambiente
Decreto-lei nº 227/1967	Institui o Código Brasileiro de Mineração.	Proteção do Meio Ambiente
Lei nº 8.629/1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.	Populações Tradicionais
Decreto nº 4.887/2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Populações Tradicionais
Decreto nº 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Populações Tradicionais

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 6.261/2007	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.	Populações Tradicionais
Decreto nº 7.747/2012	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.	Populações Tradicionais
Decreto s/n, de 27/12/04	Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.	Populações Tradicionais
Decreto s/n, de 13/07/06	Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.	Populações Tradicionais
Instrução Normativa ICMBio nº 26/2012	Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.	Populações Tradicionais
Instrução Normativa INCRA nº 57/2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto 4.887/03.	Populações Tradicionais
Portaria AGU nº 303/2012	Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.	Populações Tradicionais
Portaria FCP nº 06/2004	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos, da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas "Terras de Preto", "Comunidades Negras" e "Mocambos", "Quilombos", dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto 4.887/03.	Populações Tradicionais
Portaria FCP nº 98/2007	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares.	Populações Tradicionais
Decreto nº 5.051/2004	Promulga a Convenção OIT nº 169/2011, da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.	Populações Tradicionais
Lei nº 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Regulamentada pelo Decreto 4.613/03. Alterada pela Lei 12.334/10.	Recursos Hídricos
Lei nº 12.334/2010	Altera a Lei nº 9.433/1997.	Recursos Hídricos
Lei nº 9.984/2000	Cria a Agência Nacional de Águas - ANA. Alterada pela Lei 12.334/10.	Recursos Hídricos
Decreto nº 24.643/1934	Institui o Código de Águas.	Recursos Hídricos
Decreto nº 4.613/2003	Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Alterado pelo Decreto 5.263/04.	Recursos Hídricos
Decreto nº 5.263/2004	Acrescenta o § 7º ao art. 5º do Decreto 4.613/03, que regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Portaria MS nº 2.914/2011	Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	Recursos Hídricos
Resolução ANA nº 724/2011	Estabelece procedimentos padronizados para a coleta e preservação de amostras de águas superficiais para fins de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA).	Recursos Hídricos

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CNRH nº 140/2012	Estabelece critérios gerais para outorga de lançamento de efluentes com fins de diluição em corpos de água superficiais.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 141/2012	Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 32/2003	Estabelece a Divisão Hidrográfica Nacional.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 58/2006	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 67/2006	Aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 91/2008	Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 92/2008	Estabelece critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 98/2009	Estabelece princípios fundamentais e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 274/2000	Estabelece novos padrões de balneabilidade das águas.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 357/2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Alterada pelas Resoluções nº 370, de 2006, nº 397, de 2008, nº 410, de 2009, e nº 430, de 2011. Complementada pela Resolução nº 393, de 2009.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 396/2008	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 397/2008	Altera o inciso II do § 4º e a Tabela X do § 5º, ambos do art. 34 da Resolução CONAMA 357/05. Alterada pela Resolução nº 410, de 2009.	Recursos Hídricos
Resolução CONAMA nº 430/2011	Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes. Complementa e altera a Resolução CONAMA 357/05.	Recursos Hídricos
Lei nº 8.080/1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NBR-nº 15.480/2007	Estabelece os requisitos mínimos para orientar a elaboração de um plano de ação de emergência (PAE) no atendimento a acidentes no transporte rodoviário de produtos perigosos.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NBR-nº 7.500/2013	Estabelece a simbologia convencional e o seu dimensionamento para identificar produtos perigosos, a ser aplicada nas unidades de transporte e nas Embalagens/volumes, a fim de indicar os riscos e os cuidados a serem tomados no transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho

Norma	Ementa	Eixo Temático
NR-04	Determina que as empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. Alterada pela Portaria SIT 17/07.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-05	Criação e funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA. Alterada pelas Portarias SIT 14/07 e 247/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-06	Dispõe sobre a utilização de Equipamento de Proteção Individual - EPI destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador. Alterada pelas Portarias SIT 107/09, 194/10 e 292/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-07	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores. Alterada pela Portaria SIT 236/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-09	Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregados e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através de antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-11	Estabelece normas de segurança para operação de elevadores, guindastes, transportadores industriais e máquinas transportadoras.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-12	Estabelece as condições a serem obedecidas nos locais de trabalho onde se instalam máquinas e equipamentos. Alterada pela Portaria SIT 293/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-15	Define e classifica as atividades e operações insalubres, determinando também o pagamento de adicional ao empregado que trabalha nessas condições. Alterada pela Portaria SIT 291/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-18	Trata das condições e meio ambiente de trabalho da indústria da construção. Alterada pelas Portarias SIT 157/06, 15/07, 40/08, 201/11, 224/11, 237/11, 254/11 296/11 e 318/12.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-20	Trata de Líquidos combustíveis inflamáveis.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-21	Estabelece os critérios mínimos para os serviços realizados a céu aberto, sendo obrigatória a existência de abrigos, ainda que rústicos, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-23	Trata da proteção contra incêndios.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-24	Disciplina os preceitos de higiene e de conforto a serem observados nos locais de trabalho.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
NR-25	Estabelece requisitos para eliminação de resíduos sólidos, líquidos e gasosos dos ambientes de trabalho, com respeito ao meio ambiente. Alterada pelas Portarias SIT 227/11 e 253/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho

Norma	Ementa	Eixo Temático
NR-26	Tem por objetivos fixar as cores que devam ser usadas nos locais de trabalho para prevenção de acidentes, identificando, delimitando e advertindo contra riscos. Alterada pela Portaria SIT 229/11.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
Portaria Conjunta MMA/IBAMA nº 259/2009	Estabelece, dentre outras ações, a obrigatoriedade de, nos Projetos Básicos Ambientais, se incluir um Programa de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) do trabalhador, a ser submetido à análise da central sindical da categoria majoritária do empreendimento.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
Portaria GM/MS nº 518/2004	Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
Portaria GM/MS nº 777/2004	Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinela específica, no Sistema Único de Saúde - SUS.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
Portaria MS nº 1.823/2012	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.	Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho
Lei nº 9.985/2000	Regulamenta o art. 225, § 1º, Incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Revoga os arts. 5º e 6º da Lei 4.771/65, o art. 5º da Lei 5.197/67, e o art. 18 da Lei 6.938/81. Modificada pelas Leis 11.132/05, 11.460/07 e 11.516/07. Regulamentada pelos Decretos 4.340/02, 5.566/05, 5.746/06 e 5.950/06. Altera dispositivos da Lei 9.605/88.	Unidades de Conservação
Lei nº 11.132/2005	Acrescenta artigo à Lei 9.985/00, que institui o sistema nacional de unidades de conservação. Modificada pela Lei 11.460/07.	Unidades de Conservação
Lei nº 6.902/1981	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental. Alterada pela Lei 7.804/89. Regulamentada pelo Decreto 99.274/90.	Unidades de Conservação
Decreto nº 1.298/1994	Estabelece o regulamento das Florestas Nacionais.	Unidades de Conservação
Decreto nº 1.922/1996	Dispõe sobre reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural.	Unidades de Conservação
Decreto nº 122/1991	Dá nova redação ao art. 41 do Decreto 99.274/90.	Unidades de Conservação
Decreto nº 3.942/2001	Dá nova redação aos arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto 99.274/90.	Unidades de Conservação
Decreto nº 4.340/2002	Regulamenta arts. da Lei 9.985/00. Modificado pelos Decretos 5.566/05 e 6.848/09.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.092/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.566/2005	Dá nova redação ao caput do art. 31 do Decreto 4.340/02.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.746/2006	Regulamenta o art. 21, da Lei 9.985/00.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.758/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias.	Unidades de Conservação
Decreto nº 5.950/2006	Regulamenta o art. 57-A da Lei 9.985/00, para estabelecer os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas no entorno das unidades de conservação.	Unidades de Conservação
Decreto nº 6.848/2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 4.340/02, para regulamentar a compensação ambiental.	Unidades de Conservação

Norma	Ementa	Eixo Temático
Decreto nº 7.154/2010	Sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos de aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de Unidades de Conservação bem como para autorizar a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em Unidades de Conservação de uso sustentável.	Unidades de Conservação
Decreto nº 84.017/1979	Aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros.	Unidades de Conservação
Decreto nº 89.336/1984	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.	Unidades de Conservação
Decreto nº 99.274/1990	Regulamenta as Leis 6.902/81 e 6.938/81, que dispõem respectivamente sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Alterado pelos Decretos 122/91, 3.942/01e 6.792/09.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa IBAMA nº 154/2007	Institui o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO e o Comitê de Assessoramento Técnico do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - CAT SISBIO. Fixa normas sobre coleta e transporte de material biológico e sobre pesquisas em unidade de conservação federal ou em cavidade natural subterrânea. Revoga o parágrafo único do art. 38 da Portaria IBDF 122-P/85.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa IBAMA nº 145/2007	Institui procedimentos para criação e reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs/ Revoga a Instrução Normativa IBAMA 62/05	Unidades de Conservação
Instrução Normativa ICMBio nº 05/2009	Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da Autorização para o Licenciamento Ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa ICMBio nº 26/2012	Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa MMA nº 04/2009	Dispõe sobre procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da Reserva Legal sob regime de manejo florestal sustentável.	Unidades de Conservação
Instrução Normativa MMA nº 05/2009	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal.	Unidades de Conservação
Portaria MMA nº 09/2007	Reconhece, como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, as áreas referenciadas no § 2o desta Portaria, denominadas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades do Governo Federal.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 12/1989	Dispõe sobre a proibição de atividades em Área de Relevante Interesse Ecológico que afetem o ecossistema.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 303/2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Revoga a Resolução nº 04, de 1985. Alterada pela Resolução nº 341, de 2003.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 369/2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.	Unidades de Conservação

Norma	Ementa	Eixo Temático
Resolução CONAMA nº 425/2010	Define os casos excepcionais de interesse social em que o órgão ambiental competente pode regularizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP) ocorridas até 24.07.2006 para empreendimentos agropecuários consolidados dos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.	Unidades de Conservação
Resolução CONAMA nº 429/2011	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.	Unidades de Conservação
Portaria IPHAN nº 420/2010	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.	Patrimônio Cultural
Portaria DNPM nº 231/1998	Aprova a metodologia de estudos necessários à definição de áreas de proteção de fontes e balneários e estâncias de águas minerais e potáveis de mesa, e naturais.	Recursos Hídricos
Resolução CNRH nº 76/2007	Estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.	Recursos Hídricos

**Quadro 2 - Legislação Estadual Aplicável - Minas Gerais**

Lei	Ementa	Tema
Constituição Estadual	Princípios e normas programáticas de proteção ao meio ambiente - arts. 214 a 217	Constituição Estadual
Decreto Estadual nº 41.578/2001	Regulamenta a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 43.713/2004	Regulamenta a Lei 14.181/2002, que dispõe sobre a Política de Proteção da Fauna e Flora Aquáticas.	Fauna
Decreto Estadual nº 43.932/2004	Aprova o regulamento do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio e Área Adjacente das Rodovias.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto Estadual nº 44.428/2006	Altera o Decreto nº 41.578, de 8 de março de 2001, que regulamenta a Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 44.844/2008	Regulamenta a Lei 7.772/1980. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, tipifica e classifica as infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos, aprova o procedimento administrativo de fiscalização e aplicação das penalidades. Alterado pelos Decretos 45.181/2009, 45.246/2009, 45.581/2011 e 46.381/2013.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 44.884/2008	Altera e consolida a regulamentação da prestação de serviços públicos de água e esgoto pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 44.746/2008	Regulamenta a Lei Estadual nº 14.130/2001.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto Estadual nº 45.181/2009	Altera o Decreto Estadual nº 44.884/2008.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 46.381/2013	Altera o Decreto Estadual nº 44.884/2008.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 45.581/2011	Altera o Decreto Estadual nº 44.884/2008.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 45.246/2009	Altera o Decreto Estadual nº 44.884/2008.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 45.229/2009	Regulamenta medidas do Poder Público do Estado de Minas Gerais referentes ao combate às mudanças climáticas e gestão de emissões de gases de efeito estufa e dá outras providências.	Mudança Climática
Decreto Estadual nº 45.818/2011	Contém o Regulamento do Instituto Mineiro de Gestão das águas - IGAM. Revoga o Decreto 44.814/2008.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 45.824/2011	Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 46.454/2014	Altera o Decreto nº 45.824, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 45.175/2009	Estabelece metodologia de gradação de impactos ambientais e procedimentos para fixação e aplicação da compensação ambiental.	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual nº 45.629/2011	Altera o Decreto Estadual nº 45.175/2009.	Licenciamento Ambiental
Decreto Estadual nº 46.433/2014	Altera o Regulamento do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio e Área Adjacente das Rodovias.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Lei	Ementa	Tema
Deliberação Normativa COPAM nº 01/1981	Fixa normas e padrões para Qualidade do Ar.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa COPAM nº 01/1992	Altera o Anexo I da Deliberação Normativa 011/ 86 e dispõe sobre normas e padrões para lançamentos de poluentes na atmosfera.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa COPAM nº 12/1994	Dispõe sobre a convocação e realização de audiências públicas, destinadas a dirimir dúvidas e recolher críticas e sugestões da comunidade para subsidiar decisão do COPAM nos requerimentos de licenças de obras ou de atividades potencialmente causadoras de significativo impacto ambiental.	Política de Meio Ambiente
Deliberação Normativa CERH Nº 06/2002	Estabelece as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa CERH Nº 07/2002	Estabelece a classificação dos empreendimentos quanto ao porte e potencial poluidor, lendo em vista a legislação de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, e da outras providências.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa COPAM nº 62/2002	Dispõe sobre critérios de classificação de barragens de contenção de rejeitos, de resíduos e de reservatório de água em empreendimentos industriais e de mineração no Estado de Minas Gerais.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa CERH Nº 08/2003	Estabelece critérios objetivos para aplicação da sanção de multa em infração à legislação de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa CERH Nº 09/2004	Define os usos insignificantes para as circunscrições hidrográficas no Estado de Minas Gerais.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa COPAM nº 87/2005	Altera e complementa a Deliberação Normativa COPAM Nº 62, de 17/12/2002, que dispõe sobre critérios de classificação de barragens de contenção de rejeitos, de resíduos e de reservatório de água em empreendimentos industriais e de mineração no Estado de Minas Gerais.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa COPAM nº 124/2008	Complementa a Deliberação Normativa COPAM Nº 87, de 06/09/2005, que dispõe sobre critérios de classificação de barragens de contenção de rejeitos, de resíduos e de reservatório de água em empreendimentos industriais e de mineração no Estado de Minas Gerais.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008.	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa CERH nº 28/2009	Estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para análise e emissão da declaração de reserva de disponibilidade hídrica e de outorga de direito de uso de recursos hídricos para fins de aproveitamento de potenciais hidrelétricos em corpo de água de domínio do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa COPAM nº 147/2010	Aprova a Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna do Estado de Minas Gerais.	Fauna
Deliberação Normativa COPAM nº 151/2010	Regulamenta o "Programa de Registro Público Voluntário das Emissões Anuais de Gases de Efeito Estufa do Estado de Minas Gerais" e dispõe sobre os incentivos à adesão.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa CERH nº 34/2010	Define o uso insignificante de poços tubulares localizados nas Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos que menciona e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa COPAM nº 175/2012	Dispõe sobre a utilização da Avaliação Ambiental Integrada - AAI como instrumento de apoio ao planejamento da implantação de novos empreendimentos hidrelétricos no Estado de Minas Gerais.	Licenciamento Ambiental
Deliberação Normativa COPAM nº 177/2012	Estabelece o Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.	Política de Meio Ambiente

Lei	Ementa	Tema
Deliberação Normativa COPAM nº 187/2013	Estabelece condições e limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Deliberação Normativa CERH nº 43/2014	Estabelece critérios e procedimentos para a utilização da outorga preventiva como instrumento de gestão de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.	Recursos Hídricos
Deliberação Normativa COPAM nº 193/2014	Altera prazo para pedido de revalidação de Licença de Operação.	Licenciamento
Deliberação Normativa COPAM nº 196/2014	Dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição na produção de artefatos de concreto sem função estrutural.	Resíduos
Deliberação Normativa COPAM nº 195/2014	Estabelece exigências de prestação periódica de informações sobre o resíduo denominado escória de aciária.	Resíduos
Deliberação Normativa CERH nº 26/2008	Fixa procedimentos gerais de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga para o lançamento de efluentes em corpos de água superficiais no domínio do Estado de Minas Gerais. Revoga tacitamente a Deliberação Normativa CERH 24/08	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IGAM nº 49/2010	Estabelece os procedimentos para a regularização do uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Minas Gerais. Classifica os tipos de usos de recursos hídricos e estabelece prazos de outorga e de certidões de uso insignificante. Disciplina o processo administrativo para requerimento, renovação e retificação de outorgas, indicando suas etapas processuais. Obriga ao cadastramento no IGAM dos usos de recursos hídricos considerados insignificantes. Revoga as portarias IGAM 01/00 e 15/07.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 2.126/1960	Estabelece normas para o lançamento de esgotos e resíduos industriais nos cursos de águas.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 7.302/1978	Dispõe sobre a proteção contra poluição sonora no Estado.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 7.772/1980	Dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 9.743/1988	Declara o Ipê-Amarelo de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte no Estado de Minas Gerais.	Flora
Lei Estadual nº 10.100/1990	Altera a lei estadual 7.302/1978.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 10.173/1990	Disciplina a comercialização, o porte e a utilização florestal de motosserras no Estado de Minas Gerais.	Flora
Lei Estadual nº 10.627/1992	Dispõe sobre a realização das auditorias ambientais, que compreendem avaliações e estudos destinados a determinar os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades diversas. Alterada pela Lei Estadual 17.039/2007.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 10.793/1992	Dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Estado.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 10.883/1992	Declara de Preservação Permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado, o pequizeiro <i>Caryocar brasiliense</i> . Alterada pelas leis 17.682/2008 e 20.308/2012.	Flora
Lei Estadual nº 11.726/1994	Dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais.	Patrimônio Histórico e Cultural

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual nº 12.627/1997	Altera a lei estadual 7.302/1978, que dispõe sobre poluição sonora no Estado.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 12.503/1997	Cria o Programa Estadual de Conservação da Água.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 13.201/1999	Obriga a identificação do proprietário na parte traseira dos veículos de transporte de carga.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 13.393/1999	Torna obrigatória a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental.	Responsabilidade Ambiental
Lei Estadual nº 13.199/1999	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 13.635/2000	Declara o buriti de interesse comum e imune de corte.	Flora
Lei Estadual nº 13.796/2000	Dispõe sobre os resíduos perigosos e determina obrigações relativas à sua geração, transporte, armazenamento e destinação final.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 13.766/2000	Dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 13.771/2000	Dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 14.128/2001	Dispõe sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais e sobre os instrumentos econômicos e financeiros aplicáveis à Gestão de Resíduos Sólidos. Alterada pela Lei Estadual nº 18.031/2009 e 18.719/2010.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 14.130/2001	Dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. Alterada pela lei estadual 17.212/2007.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 14.181/2002	Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.	Fauna
Lei Estadual nº 14.508/2002	Dispõe sobre o licenciamento ambiental de estabelecimentos situados às margens de rodovia no Estado.	Licenciamento
Lei Estadual nº 14.940/2003	Institui o Cadastro Técnico Estadual De Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 15.056/2004	Estabelece diretrizes para a verificação da segurança de barragem e de depósito de resíduos tóxicos industriais e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 15.082/2004	Dispõe sobre rios de preservação permanente, incluindo o Rio Grande, e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 15.910/2005	Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - FHIDRO - Alterada pela Lei 18.014/2009.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 15.971/2006	Assegura o acesso a informações básicas sobre o meio ambiente, em atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 214 da Constituição do Estado, e dá outras providências.	Política de Meio Ambiente

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual n° 15.972/2006	Altera a Lei Estadual n° 7.772/1980.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual n° 17.039/2007	Altera o art. 4° da Lei n° 10.627, de 16 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual n° 178/2007	Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual n° 16.918/2007	Altera os arts. 14 e 16-B da Lei n° 7.772, de 8 de setembro de 1980, que dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual n° 17.503/2008	Altera o art. 2° da Lei n° 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual n° 17.608/2008	Altera os arts. 2° e 8° da Lei n° 14.940, de 29 de dezembro de 2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual n° 17.682/2008	Dá nova redação ao art. 2° da Lei 10.883/1992, que declara imune de corte o pequiheiro <i>Caryocar brasiliense</i> .	Flora
Lei Estadual n° 18.511/2009	Altera a Lei n° 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei n° 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual n° 18.024/2009	Altera a Lei n° 15.910/2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO.	Recursos Hídricos
Lei Estadual n° 18.031/2009	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.	Resíduos
Lei Estadual n° 18.368/2009	Institui a semana de conscientização sobre a preservação da fauna e sobre os meios legais de proteção aos animais. Alterada pela Lei 21.090/2013.	Fauna
Lei Estadual n° 18.511/2009	Altera a Lei n° 13.766, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a política estadual de apoio e incentivo à coleta seletiva de lixo e altera dispositivo da Lei n° 12.040, de 28 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual n° 18.712/2010	Altera o art. 32 da Lei n° 13.771, de 11 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências, e o art. 3° da Lei n° 15.082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Lei Estadual n° 20.009/2012	Dispõe sobre a declaração de Áreas de Vulnerabilidade Ambiental e dá outras providências.	Flora
Lei Estadual n° 20.308/2012	Altera a Lei n° 10.883, de 2 de outubro de 1992, que declara de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais, o pequiheiro ( <i>Caryocar brasiliense</i> ), e a Lei n° 9.743, de 15 de dezembro de 1988, que declara de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte o ipê-amarelo.	Flora
Lei Estadual n° 20.922/2013	Dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual nº 20.824/2013	Altera a Lei 6.763/1975, que institui a taxa de Licenciamento para Uso e Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias que te, como fato gerador, o exercício regular do Poder de Polícia pelo DER-MG relativo à fiscalização e ao controle do uso e ocupação de faixa de domínio de rodovia estadual.	Uso e Conservação do Solo
Lei Estadual nº 21.147/2014	Institui a Política Estadual para Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de MG.	Comunidades Tradicionais
Lei Estadual nº 21.421/2014	Altera a Lei 13.766/2000 que dispõe sobre a política estadual de apoio à coleta seletiva.	Resíduos
Nota Técnica IGAM nº 01/2006	Estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para tamponamento de poços tubulares profundos e poços manuais.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IEF nº 99/2013	Estabelece procedimentos para análise e cumprimento da compensação florestal estabelecida pelo COPAM por intervenção no Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.	Compensação Ambiental
Portaria Estadual IEF nº 148/2013	Institui procedimentos para o desenvolvimento de pesquisas com animais silvestres em Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) e/ou em Centro de reabilitação de animais silvestres (CRAS), no Estado.	Fauna
Portaria Estadual IEF nº 182/2013	Institui o Projeto Áreas de Soltura de Animais Silvestres - ASAS.	Fauna
Portaria Estadual CBM nº 15/2013	Aprova a 2ª edição da Instrução Técnica 23, Manipulação, Armazenamento, Comercialização e Utilização de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual IEF nº 55/2012	Estabelece procedimentos para a formalização de processos de compensação ambiental, a que se refere o Art. 7º, § 1º do Decreto Estadual Nº 45.175/2009 e dá outras providências.	Compensação Ambiental
Portaria Estadual IEF nº 207/2011	Dispõe sobre normas para informações cartográficas com o intuito de formalizar projetos técnicos de reposição florestal, reflorestamento para plano de auto suprimento e fomento florestal e dá outras providências.	Flora
Portaria Estadual IGAM nº 45/2010	Aprova a Nota Técnica GECOB nº 01/2010, que estabelece os procedimentos e prazos relativos à Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IGAM nº 44/2010	Aprova a Nota Técnica DMFA/GEARA nº 009/2009, que estabelece os procedimentos e critérios para a concessão de outorgas de direito de uso da água a partir de barramentos, localizados em Áreas de Conflito.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IEF nº 88/2010	Dispõe sobre normas e procedimentos para o acesso e permanência nas dependências das Unidades de Conservação Estaduais, estabelecendo os procedimentos de cobrança e da destinação dos recursos arrecadados. Alterada pela Portaria IEF 154/2012.	Unidade de Conservação
Portaria Estadual IGAM nº 01/2010	Estabelece os procedimentos para a regularização do uso de recursos hídricos do domínio do Estado de Minas Gerais.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IGAM nº 50/2010	Aprovar a Nota Técnica GCFIS nº 03/2010, que estabelece instruções para a caracterização das intervenções em recursos hídricos no Estado para fins de Fiscalização.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IEF nº 10/2009	Estabelece procedimentos a serem observados na análise técnico-jurídica dos processos administrativos que tem por finalidade a exoneração de reserva legal com a doação de áreas equivalentes em unidades de conservação de proteção integral carentes de regularização fundiária.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Portaria Estadual IEF nº 30/2009	Estabelece procedimentos a serem observados para a instalação de estruturas de antenas dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral e determina a forma de cálculo de valores devidos, bem como os procedimentos de visitas de manutenção e/ou instalação.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual FEAM nº 15/2009	Aprova Nota Técnica relativa ao "licenciamento ambiental para a operação em Unidades de Co-processamento, e Unidades de Mistura e Pré-condicionamento de Resíduos - UMPCRs, Sólidos líquidos ou semi-sólidos no Estado de Minas Gerais", e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual DER nº 2.654/2009	Altera Anexo à Portaria nº 2.583, de 19 de janeiro de 2009, que restringe a circulação das Combinações de Veículos de Carga - CVC e das Combinações de Transporte de Veículos - CTV e cargas indivisíveis nas rodovias estaduais sob circunscrição do DER/MG nos dias e horários que especifica.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual DER nº 2.583/2009	Restringe a circulação das Combinações de Veículos de Carga - CVC e das Combinações de Transporte de Veículos - CTV e cargas indivisíveis nas rodovias estaduais sob circunscrição do DER/MG nos dias e horários que especifica.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual CBMMG nº 09/2008	Aprova as modificações na Instrução Técnica 01 atendendo ao Decreto Estadual nº 44. 746/08 - Regulamento de Segurança contra incêndio e pânico no Estado, estabelecendo as medidas de segurança e critérios de procedimentos para apresentação de processo de segurança contra incêndio e pânico no Corpo de Bombeiros Militar de MG.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual IEF nº 151/2008	Dispõe sobre o Cadastramento da Base Florestal das Empresas Florestais no Estado de Minas Gerais.	Flora
Portaria Estadual IGAM nº 87/2008	Dispõe sobre a autorização prévia, antes da obtenção de outorga, para intervenção emergencial em corpo hídrico.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual IEF nº 191/2008	Dispõe sobre a Guia de Controle Ambiental Eletrônica.	Flora
Portaria Estadual IEF nº 118/2007	Dispõe sobre a exploração, extração, coleta, processamento e comercialização de produtos e sub-produtos florestais das Palmeiras babaçu e catulé, e proíbe a supressão da palmeira Buriti no Estado de Minas Gerais.	Flora
Portaria Estadual IEF nº 158/2007	Dispõe sobre a data limite de emissão na Guia de Controle Ambiental - GCA e Guia de Controle Ambiental Grande Consumidor-GCA-GC, por seu Titular.	Flora
Portaria Estadual IEF nº 172/2007	Dispõe sobre as estimativas volumétricas de material lenhoso em processos autorizativos em áreas onde houver a supressão para o uso alternativo do solo.	Flora
Portaria Estadual IEF nº 138/2006	Institui procedimentos para entrada de dados no SIAM de todas as autorizações APEF e DCC emitidas pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. Alterada pela Portaria IEF 175/2006.	Flora
Portaria Estadual IEF nº 273/2005	Dispõe sobre o acesso público às informações contidas nos processos administrativos de fiscalização e regularização ambiental, e fornecimento de cópias.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual IEF nº 122/2004	Dispõe sobre procedimentos e normas internas, sobre a queima controlada, para fins de regulamentação do Art. 2º e Art. 9º do Decreto Estadual nº 39.792, de 05 de agosto de 1998.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual IEF nº 68/2003	Dispõe sobre Licenciamento de Empreendimentos no interior das Unidades de Conservação de proteção integral.	Unidade de Conservação
Portaria Estadual IEF nº 140/2003	Dispõe sobre a interferência em áreas consideradas de preservação permanente e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Lei	Ementa	Tema
Portaria Estadual IEF nº 151/2001	Restringe o corte de pinheiro brasileiro - <i>Araucaria angustifolia</i> (Bert) O. Kuntze - plantado no Estado de Minas Gerais.	Flora
Portaria Estadual Conjunta FEAM/IEF nº 02/2005	Estabelece os procedimentos necessários para a inscrição no cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual IEF nº 03/2005	Altera a Portaria Conjunta FEAM/IEF nº 02/2005.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual Conjunta FEAM/IEF/IGAM nº 01/2005	Dispõe sobre os procedimentos para a cobrança de emolumentos para a expedição de declarações e certidões e emissão do formulário de orientação básica integrado - FOBI, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual Conjunta FEAM/IEF nº 05/2006	Dispõe sobre prazo para apresentação de relatório de atividades do contribuinte da taxa de controle e fiscalização ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual IEF nº 24/2014	Institui modelo do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental no âmbito do Instituto Estadual de Florestas.	Flora
Portaria Estadual CBMMG nº 18/2014	Dispõe sobre o Acesso de Viaturas nas Edificações e Áreas de Risco.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SEMAD nº 390/2005	Estabelece normas para a integração dos processos de autorização ambiental de funcionamento, licenciamento ambiental, de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de autorização para exploração florestal - APEF e dá outras providências.	Licenciamento Ambiental
Resolução Estadual ARSAE-MG nº 15/2012	Homologa a Norma Técnica T.187/4 - Lançamento de Efluentes não Domésticos no Sistema de Esgotamento Sanitário da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SEMAD/IEF nº 390/2005	Institui a Guia de Controle Ambiental Eletrônica.	Flora
Resolução Estadual Conjunta SEF/SEMAD/IGAM nº 4.179/2009	Dispõe sobre os procedimentos administrativos relativos à arrecadação decorrente da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais (CRH/MG), e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.844/2013	Estabelece os procedimentos para o cadastramento obrigatório de usuários de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.904/2013	Altera a Resolução Estadual Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.904/2013.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.964/2013	Estabelece procedimentos para o cadastro de obras e serviços relacionados às travessias aéreas ou subterrâneas em corpos e água do domínio do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual Conjunta SEMAD/IEF nº 1.905/2013	Dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Flora
Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2.075/2014	Estabelece os procedimentos para regulamentação da queima controlada no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Instrução Técnica CBMMG nº 16/2014	Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio (2ª edição). Estabelece critérios para proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco por meio de extintores de incêndio portáteis ou sobre rodas. Aprovada pela Portaria CBM 17/14.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Instrução Técnica CBMMG nº 04/2014	Acesso de Viaturas nas Edificações e Áreas de Risco aprovado pela Portaria CBM 18/14. Disciplina o acesso e estacionamento de viaturas de bombeiros nas edificações e áreas de risco. Aplica-se às edificações e áreas de risco quando houver previsão da medida no Regulamento de Segurança contra Incêndio e Pânico nas tabelas de exigências, e em condomínios (residenciais, industriais, comerciais e outros) com arruamento interno. Entra em vigor em 20.09.2014. Revoga a Instrução Técnica CBM 04/05.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.964/2013	Estabelece procedimentos para o cadastro de obras e serviços relacionados às travessias aéreas ou subterrâneas em corpos e água do domínio do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Recursos Hídricos

**Quadro 3 - Legislação Estadual Aplicável - São Paulo**

Lei	Ementa	Tema
Constituição Estadual	Política de Meio Ambiente, Recursos Naturais e Saneamento. Arts. 191 a 216.	
Lei Estadual nº 5.973/1960	Dispõe sobre a denominação do Parque Estadual do Alto Ribeira e dá outras providências.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 6.884/1962	Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais e da outras providências.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 898/1975	Disciplina o Uso do Solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 9.714/1977	Dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para a proteção aos mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 997/1976	Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 1.172/1976	Delimita, como áreas de proteção, as contidas entre os divisores de água do escoamento superficial contribuinte dos mananciais, cursos e reservatórios de água a que se refere o artigo 2º Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 1.874/1978	Dá nova redação aos Artigos 7.º e 8.º da Lei n. 997, de 31 de maio de 1976.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 3.743/1983	Estabelece normas de estímulo para a criação de parque ecológico e de parques florestais nos municípios.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 4.738/1985	Considera de preservação permanente as florestas heterogêneas primárias existentes em áreas de propriedade do Estado de São Paulo.	Flora
Lei Estadual nº 5.005/1986	Institui o Sistema de Conservação do Solo e Água no Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 5.208/1986	Autoriza o Poder Executivo a instituir Fundação denominada "Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo".	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 5.255/1986	Dispõe sobre condições para desmatamento em áreas contíguas às rodovias estaduais, comumente designadas como faixas do DER e DERSA.	Flora
Lei Estadual nº 5.280/1986	Declara área de proteção ambiental a região que circunda a represa hidrelétrica do Bairro da Usina, no Município de Atibaia.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 5.352/1986	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipamento de proteção em veículos de transporte de cargas ou produtos que específica.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 5.597/1987	Estabelece normas e diretrizes para o zoneamento industrial no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Uso e Conservação do Solo
Lei Estadual nº 5.650/1987	Restringe as atividades industriais nas áreas de drenagem da Bacia do Rio Mogi Guaçu.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 6.134/1988	Dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo e dá outras providências.	Recursos Hídricos

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual nº 6.171/1988	Dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.	Uso e Conservação do Solo
Lei Estadual nº 7.438/1991	Declara Área de Proteção Ambiental - APA - regiões que especifica, dando providências correlatas.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 7.641/1991	Dispõe sobre a proteção ambiental das bacias dos Rios Pardo, Moji Guaçu e Médio Grande, estabelece critérios para o uso e ocupação do solo nesta área.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 7.663/1991	Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 7.750/1992	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Lei Estadual nº 8.421/1993	Altera a redação da Lei 6.171/1998, que dispõe sobre uso, conservação e preservação do solo agrícola.	Uso e Conservação do Solo
Lei Estadual nº 8.943/1994	Dá nova redação aos Artigos 7.º, 8.º, 9.º e revoga o Artigo 12 da Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Lei Estadual nº 8.999/1994	Proíbe a utilização de embalagens descartáveis espumadas, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Lei Estadual nº 9.034/1994	Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a ser implantado no período 1994 e 1995, em conformidade com a Lei 7663, de 30/12/91, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 9.129/1995	Veda a instalação de depósitos, com estrutura metálica, em postos de serviço automotivo e suas correspondentes tubulações, sem proteção contra corrosão.	Uso e Conservação do Solo
Lei Estadual nº 9.477/1996	Altera a Lei nº 997. A instalação, a construção ou a ampliação, bem como a operação ou o funcionamento das fontes de poluição que forem enumeradas no Regulamento.	Licenciamento
Lei Estadual nº 9.469/1996	Institui o "Dia do Meio Ambiente".	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 9.509/1997	Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 9.866/1997	Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 9.494/1997	Dispõe sobre as condições de uso de recipientes transportáveis de aço para Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e dá outras providências.	Produtos Perigosos
Lei Estadual nº 10.177/1998	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 9.989/1998	Dispõe sobre a recomposição da cobertura vegetal no Estado de São Paulo.	Flora
Lei Estadual nº 10.111/1998	Declara Área de Preservação Permanente - APA o Sistema Cantareira.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 10.207/1999	Cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" ITESP e dá outras providências correlatas.	Uso e Conservação do Solo

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual nº 10.235/1999	Estabelece a reparação por agressões ao Patrimônio Cultural do Estado e dá outras providências.	Patrimônio Histórico e Cultural
Lei Estadual nº 10.311/1999	Institui o Selo Verde para empresas que executem programas de recuperação e preservação do meio ambiente.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 10.460/1999	Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas nas marginais dos rios e das rodovias estaduais.	Flora
Lei Estadual nº 10.478/1999	Dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado e dá providências correlatas.	Flora
Lei Estadual nº 10.547/2000	Define procedimentos, proibições, estabelece regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quando do emprego do fogo em praticas agrícolas, pastoris e florestais, e dá outras providências correlatas.	Flora
Lei Estadual nº 10.780/2001	Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Flora
Lei Estadual nº 10.888/2001	Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados e dá outras providências.	Produtos Perigosos
Lei Estadual nº 10.994/2001	Obriga a todas as refinarias e às distribuidoras de combustível que operem ou venham a operar em todo o Estado, o fornecimento de certificado de composição química de cada produto, quando das entregas dos combustíveis: álcool, gasolina "C" comum, gasolina aditivada, gasolina "premium" e diesel, e dá outras providências.	Produtos Perigosos
Lei Estadual nº 11.160/2002	Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Lei Estadual nº 11.165/2002	Institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado.	Fauna
Lei Estadual nº 11.216/2002	Altera a Lei 1.172/1976 que delimita as áreas de proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 11.248/2002	Cria o Conselho Estadual de Política Energética - CEPE.	Energia
Lei Estadual nº 11.221/2002	Dispõe sobre a pesca em águas superficiais de domínio do Estado e dá outras providências.	Fauna
Lei Estadual nº 11.241/2002	Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Lei Estadual nº 11.387/2003	Dispõe sobre a apresentação, pelo Poder Executivo, de um Plano Diretor de Resíduos Sólidos para o Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Resíduos
Lei Estadual nº 11.527/2003	Dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 11.878/2005	Institui o "Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo".	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 11.977/2005	Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.	Fauna
Lei Estadual nº 12.041/2005	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria Ambiental do Estado de São Paulo.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 12.042/2005	Exclui área do perímetro do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, e anexa outra, na forma que especifica.	Unidades de Conservação
Lei Estadual nº 12.183/2005	Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e da outras providencias.	Recursos Hídricos

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual nº 12.254/2006	Determina que as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente são responsáveis pela lavagem dos uniformes de seus empregados.	Produtos Perigosos
Lei Estadual nº 11.285/2006	Altera a Lei nº 11.165, de 27 de junho de 2002, que institui o Código de Pesca e Aquicultura.	Fauna
Lei Estadual nº 12.288/2006	Dispõe sobre a eliminação controlada dos PCBs e dos seus resíduos, a descontaminação e da eliminação de transformadores, capacitores e demais equipamento elétricos que contenham PCBs, e dá providências correlatas.	Produtos Perigosos
Lei Estadual nº 12.300/2006	Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.	Resíduos
Lei Estadual nº 12.526/2007	Estabelece normas para a contenção de enchentes e destinação de águas pluviais.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 12.780/2007	Institui a Política Estadual de Educação Ambiental no Estado de São Paulo.	Educação Ambiental
Lei Estadual nº 12.683/2007	Revoga 294 Leis do Estado de São Paulo, que relaciona, publicadas entre os anos de 1973 e 2002, dentre elas a Lei 9690/97, que obriga os veículos de carga com massa superior a 6.000 kg, movidos a diesel a serem equipados com tubos de descarga vertical.	Controle da poluição
Lei Estadual nº 12.684/2007	Proíbe o uso, no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.	Controle da poluição
Lei Estadual nº 13.007/2008	Institui o Programa de Proteção e Conservação das Nascentes de Água.	Recursos Hídricos
Lei Estadual nº 12.927/2008	Dispõe sobre a recomposição de reserva legal, no âmbito do Estado de São Paulo.	Flora
Lei Estadual nº 13.555/2009	Altera a Lei nº 6.536, de 13 de novembro de 1989, que autoriza a criação do Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados, no Ministério Público do Estado.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 13.577/2009	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas.	Uso e Conservação do Solo
Lei Estadual nº 13.798/2009	Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC.	Mudança climática
Lei Estadual nº 13.580/2009	Institui o Programa Permanente de Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas.	Flora
Lei Estadual nº 13.576/2009	Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico.	Resíduos
Lei Estadual nº 13.550/2009	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.	Flora
Lei Estadual nº 13.507/2009	Dispõe sobre o Conselho Estadual da Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 14.186/2010	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes, e dá outras providências correlatas.	Resíduos
Lei Estadual nº 14.183/2010	Altera dispositivo da Lei nº 7.641, de 19 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a proteção ambiental das bacias dos Rios Pardo, Mogi Guaçu e Médio Grande.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Lei Estadual nº 14.626/2011	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente

Lei	Ementa	Tema
Lei Estadual nº 14.350/2011	Altera a Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, e dá providências correlatas.	Controle da poluição
Lei Estadual nº 14.878/2012	Altera a Lei nº 14.626, de 29 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.	Política de Meio Ambiente
Lei Estadual nº 15.061/2013	Altera a Lei nº 5.280, de 4 de setembro de 1986, que declara área de proteção ambiental a região que circunda a represa hidrelétrica do Bairro da Usina, no Município de Atibaia.	Flora
Lei Estadual nº 15.313/2014	Dispõe sobre a proibição do uso, armazenamento e reparo de instrumentos de medição como esfigmomanômetros e termômetros contendo mercúrio e dá outras providências.	Produtos Perigosos
Lei Estadual nº 15.303/2014	Institui o Programa Estadual de Incentivo ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais reciclados provenientes da indústria petroquímica.	Resíduos
Lei Estadual nº 15.684/2015	Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei Federal nº 12.651/2012 e sobre a aplicação da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, no âmbito do Estado de São Paulo.	Flora
Decreto-Lei Estadual nº 195/1970	Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 21.610/1952	Dispõe sobre desapropriação do imóvel "Fazenda Prata", situado no distrito e município de Águas da Prata, comarca de São João da Boa Vista, destinado ao desenvolvimento da Estância de Águas da Prata.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 49.141/1967	Dispõe sobre a exploração e o uso de cerradões, cerrados e campos sujos, do Estado e dá outras providências.	Flora
Decreto Estadual nº 8.468/1976	Regulamenta a Lei 997/76, que institui a política estadual do meio ambiente. Proíbe a poluição e obriga o licenciamento. Alterado pelos decretos 53.205/08, 54.487/09, 54.645/09, 55.091/09 e 59.113/13.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 10.775/1977	Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto Nº 8.468, de 8 setembro de 1976, e dá providências correlatas.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 9.714/1977	Aprova o Regulamento das Leis nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e nº 1.172, de 17 de novembro de 1976, que dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para a proteção aos mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 13.069/1978	Aprova Normas Técnicas Especiais relativas ao Saneamento Ambiental nos Loteamentos Urbanos ou para fins Urbanos.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 14.321/1979	Institui o Programa de Desenvolvimento de Recursos Minerais - Pró-Minério e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 13.095/1979	Aprova o Regulamento da Lei nº 1.817, de 27 de outubro de 1978, nas matérias relativas à localização, à classificação, ao licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo e sua fiscalização.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 15.425/1980	Acrescenta dispositivos e procede a alterações, que especifica, ao Regulamento da Lei Nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto Nº 8.468, de 8 de setembro de 1976.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 25.341/1986	Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas.	Unidades de Conservação

Lei	Ementa	Tema
Decreto Estadual nº 27.576/1987	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 26.673/1987	Aprova o Regulamento Básico do Departamento de Estradas e Rodagem.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 28.313/1988	Altera a redação de dispositivos e acrescenta outros ao Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 32.955/1991	Regulamenta Lei Nº 6.134, de 2 Junho de 1988, que dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 38.789/1994	Institui o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, e dá outras providências.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 39.473/1994	Estabelece normas de utilização de várzeas no Estado de São Paulo.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 41.258/1996	Regulamenta a Lei 7.663/91, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e condiciona a utilização de recursos hídricos à obtenção da outorga de direito de uso das águas.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 41.719/19997	Regulamenta a Lei nº 6.171, de 4 de julho de 1988, alterada pela Lei nº 8.421, de 23 de novembro de 1993, que dispõe sobre o uso, conservação e preservação do solo agrícola.	Uso e Conservação do Solo
Decreto Estadual nº 42.838/1998	Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção e as Provavelmente Ameaçadas de Extinção no Estado.	Fauna
Decreto Estadual nº 43.979/1999	Regulamenta a Lei nº 9.494, de 4 de março de 1997, que dispõe sobre as condições de uso de recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo (GLP).	Produtos Perigosos
Decreto Estadual nº 45.491/2000	Aprova o Projeto Produção de Mudanças Cítricas em Ambiente Protegido, de interesse para a economia estadual, e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 45.211/2000	Regulamenta a Lei nº 10.478, de 22 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 45.765/2002	Institui o Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 46.113/2001	Aprova o Projeto Produção de Mudanças de Plantas Nativas - Espécies Arbóreas para Recomposição Vegetal, de interesse para a economia estadual e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 47.397/2002	Altera o Título V e o Anexo 5 e acrescenta os Anexos 9 e 10, ao Decreto 8.468, de 08 de setembro de 1976, que regulamenta a Lei 997/76, que dispõe sobre a política estadual do meio ambiente.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 47.400/2002	Regulamenta dispositivos da Lei 9.509/97, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licença e condições para sua renovação, define o prazo de análise dos requerimentos de licenças e institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade/ Alterado pelo Decreto 49.391/05.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 48.138/2003	Institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 47.907/2003	Regulamenta a Lei nº 11.248, de 4 de novembro de 2002, que cria o Conselho Estadual de Política Energética.	Política de Meio Ambiente

Lei	Ementa	Tema
Decreto Estadual nº 47.700/2003	Regulamenta a Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 47.931/2003	Define como população vegetal de peculiar interesse do Estado as estruturas vegetais provenientes de reprodução sexuada ou assexuada, que tenham como finalidade a multiplicação dos vegetais dos grupos que específica e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 48.149/2003	Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental - APAs no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 48.919/2004	Dá nova redação ao artigo 11 do Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 48.523/2004	Introduz alterações no Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 48.766/2004	Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, aprova modelo-padrão de Termo de Parceria e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 49.723/2005	Institui o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 49.672/2005	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 49.674/2005	Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 49.566/2005	Estabelece as condições para que o DEPRN autorize intervenções eventuais e de baixo impacto ambiental em áreas de preservação permanente e caracteriza as intervenções e os empreendimentos que podem ser considerados como de baixo impacto ambiental.	Flora
Decreto Estadual nº 51.449/2006	Aprova e fixa os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 51.246/2006	Estabelece procedimentos para a instituição de Área de Relevante Interesse Ecológico - ÁRIE no Estado.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 51.453/2006	Cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 51.150/2006	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, no âmbito do Estado de São Paulo, institui o Programa Estadual de Apoio às Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 50.170/2005	Institui o Selo Sócio Ambiental na Administração Pública Estadual.	Política de Meio Ambiente

Lei	Ementa	Tema
Decreto Estadual nº 50.667/2006	Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 50.753/2006	Altera a redação e inclui dispositivos no Regulamento aprovado pelo Decreto n. 8.468, de 8 de setembro de 1976, disciplinando a execução da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre controle da poluição do meio ambiente e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 52.469/2007	Altera a redação de dispositivos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente, confere nova redação ao artigo 6º do Decreto nº 50.753, de 28 de abril de 2006, e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 51.536/2007	Transfere para o âmbito da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo a coordenação do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e aplicação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 53.806/2008	Adapta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, criados pelo Decreto nº 27.576, de 11 de novembro de 1987, às disposições da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 53.530/2008	Dá nova redação ao artigo 8º do Decreto nº 52.645, de 21 de janeiro de 2008, que dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas.	Comunidades tradicionais
Decreto Estadual nº 53.494/2008	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas, quase ameaçadas, colapsadas, sobrexplotadas, ameaçadas de sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação do seu grau de conservação no Estado de São Paulo. Revoga o Decreto 42838/98.	Fauna
Decreto Estadual nº 53.205/2008	Dá nova redação e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, alterado pelo Decreto nº 47.397, de 4 de dezembro de 2002.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 53.146/2008	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 53.062/2008	Regulamenta a Lei estadual nº 12.675, de 13 de julho de 2007, que dispõe sobre a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis.	Produtos Perigosos
Decreto Estadual nº 53.047/2008	Cria o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que comercializam produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira no Estado de São Paulo.	Flora
Decreto Estadual nº 52.645/2008	Dispõe sobre as Diretrizes Estaduais de Atenção aos Povos Indígenas, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas e dá providências correlatas.	Comunidades tradicionais
Decreto Estadual nº 55.149/2009	Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, à vista das alterações introduzidas na Lei nº 118, de 29 de junho de 1973, pela Lei nº 13.542, de 8 de maio de 2009.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 55.091/2009	Introduz alterações no Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da poluição

Lei	Ementa	Tema
Decreto Estadual nº 55.087/2009	Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 54.645/2009	Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976.	Resíduos
Decreto Estadual nº 54.487/2009	Altera a redação e inclui dispositivos e anexos no Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Decreto Estadual nº 54.079/2009	Altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9º A e modifica os Anexos do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 53.939/2009	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 56.571/2010	Regulamenta dispositivos da Lei nº 10.547, de 2 de maio de 2000, alusivos ao emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais, bem como ao Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, revoga o Decreto nº 36.551, de 15 de março de 1993, e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 56.503/2010	Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 56.031/2010	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas, quase ameaçadas, colapsadas, sobrexplotadas, ameaçadas de sobrexplotação e com dados insuficientes para avaliação do seu grau de conservação no Estado de São Paulo. Revoga o Decreto 42838/98.	Fauna
Decreto Estadual nº 55.947/2010	Regulamenta a Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Revoga o decreto 49.369/2005.	Mudança climática
Decreto Estadual nº 55.660/2010	Institui o Sistema Integrado de Licenciamento, cria o Certificado de Licenciamento Integrado, e dá providências correlatas.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 57.547/2011	Regulamenta o artigo 4º da Lei nº 14.626, de 29 de novembro 2011, que regulamenta a taxa ambiental estadual, e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 57.071/2011	Altera a redação do "caput" do artigo 27 do Decreto nº 54.645, de 5 de agosto de 2009, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos.	Resíduos
Decreto Estadual nº 58.804/2012	Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mantiqueira.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 58.791/2012	Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Mogi-Guaçu.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 58.772/2012	Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Sapucaí-Mirim/Grande.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 57.817/2012	Institui, sob coordenação da Secretaria do Meio Ambiente, o Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos e dá providências correlatas.	Resíduos

Lei	Ementa	Tema
Decreto Estadual nº 58.813/2012	Aprova e fixa os valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio de Estado de São Paulo na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Baixo Pardo/Grande.	Recursos Hídricos
Decreto Estadual nº 59.968/2013	Regulamenta a Lei nº 11.878, de 19 de janeiro de 2005, institui o "Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo - Município Verde Azul" e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 59.263/2013	Regulamenta a Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas. Revoga o decreto 54.544/09.	Uso e Conservação do Solo
Decreto Estadual nº 59.261/2013	Institui o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado de São Paulo SICAR-SP.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 59.260/2013	Institui o Programa Estadual de apoio financeiro a ações ambientais, denominado Crédito Ambiental Paulista, e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 59.113/2013	Estabelece novos padrões de qualidade do ar e dá providências correlatas.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Decreto Estadual nº 60.070/2014	Regulamenta os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental - CCA e dá providências correlatas.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 60.107/2014	Dá nova redação e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 59.261, de 5 de junho de 2013, que institui o Sistema de Cadastro Ambiental do Estado de São Paulo SICAR-SP e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 60.133/2014	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção, as quase ameaçadas e as deficientes de dados para avaliação no Estado.	Fauna
Decreto Estadual nº 60.302/2014	Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo - SIGAP.	Unidades de Conservação
Decreto Estadual nº 60.329/2014	Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental.	Licenciamento
Decreto Estadual nº 60.342/2014	Dispõe sobre o procedimento para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.	Política de Meio Ambiente
Decreto Estadual nº 60.521/2014	Institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, institui a unidade padrão Árvore-Equivalente e dá providências correlatas.	Flora
Decreto Estadual nº 60.520/2014	Institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - SIGOR e dá providências correlatas.	Resíduos
Portaria Estadual DEPRN nº 01/1985	Proíbe a supressão de Mata Natural, Cerradão, Cerrado ou de vegetação sucessora nos quais, a critério da autoridade florestal, esteja caracterizado desmembramento proveniente de reserva legal de gleba de área maior.	Flora
Portaria Estadual DEPRN nº 03/1985	Condiciona a concessão de autorizações de desmatamentos à manutenção da Reserva Florestal Obrigatória.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Portaria Estadual DAEE nº 12/1991	Determina os requisitos necessários para obtenção das licenças de execução e de operação, necessárias para a emissão de outorga de uso de recursos hídricos por meio de poço tubular profundo no Estado de São Paulo.	
Portaria Estadual DEPRN nº 44/1995	Disciplina os procedimentos para a autorização do corte de árvores isoladas.	Flora
Portaria Estadual DEPRN nº 31/1996	Estabelece medidas para recuperação de áreas de preservação permanente que especifica.	Flora
Portaria Estadual DAEE nº 717/1996	Condiciona a derivação de águas públicas superficiais e subterrâneas à outorga do DAEE.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual DAEE nº 01/1998	Aprova as normas de fiscalização e de imposição de penalidades aos infratores da legislação de recursos hídricos do Estado de São Paulo.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual CPRN nº 14/1998	Estabelece normas para complementação de EIAs e de providências correlatas.	Licenciamento
Portaria Estadual CPRN nº 04/1999	Estabelece prazo para a entrega do material de publicidade exigido no licenciamento ambiental através de RAP e EIA/RIMA e dá providências correlatas.	Licenciamento
Portaria Estadual DEPRN nº 48/1999	Define o prazo de validade das autorizações expedidas pelo DEPRN.	Licenciamento
Portaria Estadual DEPRN nº 42/2000	Estabelece os procedimentos iniciais relativos à fauna silvestre para instrução de processos de licenciamento no âmbito do DEPRN.	Fauna
Portaria Estadual CPRN nº 04/2003	Estabelece procedimentos no âmbito da CPRN e seus órgãos executores, disciplinando a aplicação do disposto no Decreto Estadual nº 47.400, de 04 de dezembro de 2002 e dá outras providências.	Licenciamento
Portaria Estadual IPEM nº 143/2003	Estabelece que no Estado de São Paulo as instalações de sistemas de gás natural veicular devem somente ser realizados por empresas instaladoras registradas no INMETRO, conforme requisitos estabelecidos no RTQ-33 INMETRO, revisão 01.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Portaria Estadual CPRN nº 02/2004	Estabelece preços para análise dos serviços de licenciamento ambiental.	Licenciamento
Portaria Estadual SUP/DER nº 48/2004	Dispõe sobre a circulação de veículos de carga nos trechos que especifica.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Portaria Estadual CPRN nº 09/2004	Dispõe sobre a forma de apresentação de estudos ambientais à SMA/DAIA. Determina que o empreendedor, na entrega dos exemplares de Relatório Ambiental Preliminar - RAP, Plano de Trabalho, Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, e de Informações Complementares para análise na SMA/Daia, deverá juntar uma cópia destes documentos em meio digital gravado em CD.	Licenciamento
Portaria Estadual DEPRN nº 51/2005	Estabelece o procedimento simplificado e geral para instrução de processos de supressão de vegetação no âmbito do DEPRN.	Flora
Portaria Estadual SUP/DER nº 07/2006	Dispõe sobre a Declaração de Política Ambiental do Departamento, seus objetivos, diretrizes de gestão e estrutura.	Política de Meio Ambiente
Portaria Estadual DEPRN nº 37/2006	Estabelece procedimentos para concessão dos benefícios de suspensão e redução de multa decorrente de infração ambiental/ Condiciona a concessão dos benefícios à assinatura de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Portaria Estadual CPRN nº 24/2006	Estabelece medidas para controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, no Estado de São Paulo.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Portaria Estadual DAEE n° 2.175/2006	Convoca os usuários de água das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e do Rio Paraíba do Sul a se cadastrarem no Cadastro dos Usuários das Águas, no sítio do DAEE <a href="http://www.dae.sp.gov.br">www.dae.sp.gov.br</a> .	Recursos Hídricos
Portaria Estadual DAEE n° 2.292/2006	Dispõe sobre os usos que independem de outorga de recursos hídricos superficiais e subterrâneos no Estado de São Paulo. Determina a competência do DAEE para conceder a isenção de outorga para os usos destinados às necessidades domésticas de propriedades rurais e para as acumulações, vazões e lançamentos considerados como insignificantes.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual DIRD n° 03/2008	Dispõe sobre os processos atinentes aos requerimentos para concessão de Alvará e Certificado de vistoria na Divisão de Produtos Controlados da Polícia Civil do Estado de São Paulo para atividades com produtos controlados, incluindo fabricação, importação e exportação; comércio; depósito fechado; manipulação; transporte e uso. Revoga a Portaria DPC 02/99.	Produtos Perigosos
Portaria Estadual SUP/DER n° 6.525/2008	Convalida a Declaração de Política Ambiental do Departamento e estrutura o SGA - Sistema de Gestão Ambiental.	Licenciamento
Portaria Estadual IPEM n° 46/2010	Regulamenta a certificação, pelo IPEM-SP, de veículos e equipamentos (carrocerias) destinados ao transporte rodoviário de GLP, na forma fracionada.	Produtos Perigosos
Portaria Estadual FF n° 143/2010	Estabelece procedimentos para o cumprimento da Resolução SMA 011/2010 nas unidades de conservação de proteção integral sob administração da Fundação Florestal.	Unidades de Conservação
Portaria Estadual CCB n° 02/2011	Disciplina a concessão de Autorização para Adequação e implementação das medidas de segurança contra incêndios constituídas por sistemas de proteção complexos e medidas que impliquem na necessidade de realização de obras estruturais de grande porte nas edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual CBRN n° 45/2011	Estabelece procedimentos para emissão de Certidão Negativa ou Positiva de Débitos de Autos de Infração Ambiental - AIA no Estado de São Paulo.	Política de Meio Ambiente
Portaria Estadual DAEE n° 2.850/2012	Isenta da necessidade de obtenção de outorga de obras e serviços relacionados à travessias aéreas ou subterrâneas em corpos de água de domínio do Estado de São Paulo - SP.	Recursos Hídricos
Portaria Estadual DAEE n° 1.800/2013	Disciplina procedimentos para o cadastramento de usuários rurais de recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de São Paulo, por meio do sistema eletrônico do "Ato Declaratório para Cadastro de Usos de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos para Usuários Rurais".	Recursos Hídricos
Portaria Estadual DER n° 18/2014	Disciplina o transporte de pás eólicas e acessórios nas rodovias do Estado de São Paulo. Revoga Portaria SUP/DER 32/12.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual CFA n° 11/2014	Disciplina a realização do Atendimento Ambiental instituído pelo Decreto Estadual 60.342/14, que disciplina o processo administrativo para apuração de as infrações administrativas ambientais no Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Portaria Estadual CBRN n° 8/2014	Estabelece procedimentos a serem realizados pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, em relação aos requerimentos de aprovação da localização de Reserva Legal, considerando a efetiva implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR.	Flora
Portaria Estadual DER n° 40/2014	Disciplina a concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET para Veículos ou Combinação de Veículos utilizados no transporte de carga indivisível e veículos especiais nas rodovias estaduais de São Paulo. Revoga as portarias SUP/DER 22/10 e 29/10.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Lei	Ementa	Tema
Resolução Estadual SMA nº 05/1997	Institui o compromisso de ajustamento de conduta ambiental, com força de título executivo extrajudicial, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB e da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SMA nº 11/1998	Dispõe sobre realização de reunião técnica informativa, aberta à participação do público, no procedimento para a análise do relatório ambiental preliminar e demais estudos de impacto ambiental.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 32/1998	Regulamenta a visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas unidades de conservação.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 66/1998	Dispõe sobre a celebração, pelos órgãos e entidades vinculados à secretaria estadual de meio ambiente, dos termos de compromisso de ajustamento de conduta a que se refere o art. 79-A da Lei Federal 9.605/98.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SMA nº 39/2004	Estabelece as diretrizes gerais à caracterização do material a ser dragado para o gerenciamento de sua disposição em solo.	Uso e Conservação do Solo
Resolução Estadual SMA nº 18/2004	Dispõe sobre a criação da Câmara de Compensação Ambiental, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Alterada pelas Resoluções SMA 48/08 e 97/10.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 48/2004	Dispõe sobre a lista oficial das espécies da flora do Estado de SP ameaçadas de extinção.	Flora
Resolução Estadual SAA nº 06/2005	Estabelece as microbacias hidrográficas selecionadas em função do estado de degradação do solo e da água e do nível de renda dos produtores rurais.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual SAA nº 17/2005	Estabelece normas para a definição de Microbacias Hidrográficas a serem atendidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual SAA nº 18/2005	Estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas localizadas nas microbacias hidrográficas abrangidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual SMA nº 30/2007	Institui, no Estado de São Paulo, o Banco de Áreas para Recuperação Florestal, como objetivo de identificar, cadastrar e divulgar informações sobre áreas disponíveis para a implantação de projetos de reflorestamento visando à compensação voluntária de emissões de gases de efeito estufa e para o cumprimento de compromissos ambientais ou sociais.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 08/2007	Estabelece critérios para a realização da recuperação florestal, definida como a restituição de uma área desflorestada, perturbada ou degradada à condição de floresta nativa, de acordo com projeto previamente elaborado.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 05/2007	Estabelece procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental de linhas de transmissão de energia e respectivas subestações, no território do Estado de São Paulo.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 06/2007	Aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente: Atividades - Fim e dá outras providências.	Política de Meio Ambiente
Resolução Estadual SMA nº 16/2007	Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e dá outras providências.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 40/2007	Dispõe sobre a execução do Projeto Desmatamento Zero e dá providências correlatas.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Resolução Estadual SMA nº 50/2007	Dispõe sobre o Projeto Estratégico Lixo Mínimo.	Resíduos
Resolução Estadual SMA nº 82/2008	Institui ações para implementação do Programa Estadual de Reposição Florestal conforme a Lei 10.780/01 e o Decreto 52.762/08. Dispõe sobre o credenciamento dos Consumidores de Recurso Florestal e das Associações de Reposição Florestal. Estabelece parâmetros de referência para a prática da Reposição Florestal. Alterada pela Resolução SMA Nº 17/09.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 75/2008	Dispõe sobre licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de Classes IIA e IIB, classificados conforme a NBR/ABNT 10.004. Revoga a Resolução SMA 51/97.	Resíduos
Resolução Estadual SMA nº 73/2008	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental, no âmbito do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA, das atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica no Estado de São Paulo. Concede prazo, até 03/10/2010, para a adequação das atividades já implantadas e em operação.	Fauna
Resolução Estadual SMA nº 68/2008	Estabelece regras para coleta e utilização de sementes oriundas de Unidades de Conservação no Estado.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 59/2008	Regulamenta os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas Unidades de Conservação de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 54/2008	Estabelece procedimentos para o DAIA receber contribuições/sugestões técnicas dos Comitês de Bacia para análise de Estudos de impacto Ambiental - EIA e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 44/2008	Define procedimentos para a implantação de sistemas agroflorestais em áreas de recomposição de Reserva Legal e nas áreas recobertas por vegetação secundária de Mata Atlântica em estágio inicial de regeneração no Estado de São Paulo. Condiciona a implantação e exploração de sistemas agroflorestais à autorização do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 09/2008	Dispõe sobre o Projeto Ambiental Estratégico Município Verde e dá providências correlatas.	Política de Meio Ambiente
Resolução Estadual SMA nº 86/2009	Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa em áreas rurais no Estado de São Paulo. Revoga expressamente a Resolução SMA 85/08.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 64/2009	Regulamenta parcialmente a Lei 13.550/09, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo. Estabelece critérios para o uso e a supressão da vegetação em qualquer das fisionomias do Bioma Cerrado, inclusive em áreas urbanas para parcelamento do solo ou qualquer edificação. Determina que os laudos para classificação do estágio de regeneração das fisionomias de vegetação do Cerrado terão validade por 12 meses a partir da data de sua elaboração.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 58/2009	Estabelece procedimentos de publicidade para emissão de licença, alvará e autorização de supressão de vegetação ou de intervenção em área especialmente protegida.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 31/2009	Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 30/2009	Estabelece orientação para projetos voluntários de reflorestamento para compensação de emissões de gases de efeito estufa.	Flora

Lei	Ementa	Tema
Resolução Estadual SMA nº 22/2009	Dispõe sobre a apresentação de certidões emitidas pelas Prefeituras Municipais em processos de licenciamento ambiental de competência dos órgãos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Revoga a Resolução SMA 26/05 e 12/09.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 78/2010	Acrescenta e altera dispositivos da Resolução SMA nº 32, de 11 de maio de 2010, que dispôs sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA O Secretário de Estado do Meio Ambiente.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Resolução Estadual SMA nº 56/2010	Estabelece procedimentos para o licenciamento das atividades de impactos ambientais não significativos. Revoga as resoluções SMA 41/02, 22/07 e 50/10.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 50/2010	Disciplina o processo de licenciamento ambiental das atividades que indica, com dispensa de apresentação de EIA/RIMA e RAP. Revoga as resoluções SMA 41/02 e 22/07.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 32/2010	Estabelece infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA. Revoga a Resolução SMA 37/05. Alterada pelas resoluções SMA 78/10 e 23/12.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Resolução Estadual SMA nº 22/2010	Dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental.	Licenciamento
Resolução Estadual SMA nº 25/2010	Estabelece os critérios da gestão de fauna silvestre, no âmbito da do Estado de São Paulo.	Fauna
Resolução Estadual SMA nº 29/2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 123/2010	Define diretrizes para a execução do Projeto Mina d'água.	Recursos Hídricos
Resolução Estadual SMA nº 22/2011	Determina que a CETESB, nos novos processos de licenciamento ambiental que exigem supressão de vegetação, deverá, como condicionantes da licença, exigir métodos adequados de operacionalização e execução da mesma.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 38/2011	Estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental a que se refere o artigo 19 do Decreto 54.645/09, que regulamenta a Lei 12.300/06, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Obriga à elaboração, apresentação e implantação de Programa de Responsabilidade Pós-consumo.	Resíduos
Resolução Estadual SMA nº 94/2012	Regulamenta os procedimentos relativos ao Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, ao Relatório Anual de Atividades e à Taxa Ambiental Estadual do Estado de São Paulo, instituídos pela Lei 14.626/11. Determina que o cadastro se dará pelo próprio Cadastro Técnico Federal; o relatório anual de atividades será feito de forma unificada com o relatório exigido em âmbito federal; e que pagamento da taxa será realizado de forma conjunta com o da TCFA, por meio de GRU única.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Resolução Estadual SMA nº 85/2012	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização dos órgãos responsáveis pela administração de unidades de conservação, de que trata o § 3º, do artigo 36, da Lei Federal 9.985, de 18-07-2000, e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 58/2012	Classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo a que se refere o art. 23 do Decreto 8.468/76, quanto ao grau de saturação da qualidade do ar.	Proteção Ambiental e Controle da poluição

Lei	Ementa	Tema
Resolução Estadual SMA nº 23/2012	Acrescenta e altera dispositivos da Resolução SMA nº 032, de 11 de maio de 2010, que dispôs sobre infrações e sanções administrativas ambientais e procedimentos administrativos para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Resolução Estadual SMA nº 33/2013	Define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, critérios técnicos e diretrizes que deverão nortear o estabelecimento de zonas de amortecimento, de que tratam os artigos 25 e 2º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 32/2013	Define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, o procedimento a ser adotado para a aprovação de Plano de Manejo de Unidades de Conservação, e dá providências correlatas.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 89/2013	Define as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN - Projeto CAP/RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais no Estado de São Paulo. Revoga as resoluções SMA 37/12 e 11/13.	Unidades de Conservação
Resolução Estadual SMA nº 100/2013	Determina que os laudos analíticos que contêm os resultados de ensaios físicos, químicos e biológicos referentes a matrizes ambientais submetidos à apreciação dos órgãos integrantes do SEAQUA devem ser emitidos e realizados por laboratórios acreditados na ISO/IEC 17025. Determina que essa exigência também será aplicada às seguintes amostragens a partir de 22.10.2015: água subterrânea em poço de monitoramento para método de purga por baixa vazão; água para consumo humano; água bruta em poço tubular para fins de abastecimento; água Superficial; efluentes líquidos; emissões atmosféricas em fontes estacionárias; e ar atmosférico em monitoramento automático e manual. Revoga as resoluções SMA 90/12, 39/13 e 58/13.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Resolução Estadual SAA nº 154/2013	Estabelece exigências para cadastramento de viveiros, jardins clonais, plantas matrizes produtoras de sementes e normas técnicas de defesa sanitária vegetal, para a produção, comércio e o transporte de mudas, borbulhas e sementes de seringueira ( <i>Hevea spp</i> ) no Estado de São Paulo.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 14/2014	Estabelece critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Revoga as resoluções SMA 11/92 e 105/13.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 32/2014	Estabelece diretrizes e orientações para a elaboração, execução e monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica no Estado de São Paulo. Revoga a Resolução SMA 08/08.	Flora
Resolução Estadual SMA nº 48/2014	Disciplina as condutas infracionais ao meio ambiente e suas correspondentes sanções administrativas, no Estado de São Paulo. Alterada pela Resolução SMA 65/14.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SMA nº 49/2014	Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental no Estado de São Paulo. Revoga a Resolução SMA 54/04.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SMA nº 51/2014	Institui o Programa Estadual de Conciliação Ambiental no Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

Lei	Ementa	Tema
Resolução Estadual SMA nº 53/2014	Altera os parâmetros para avaliação da Diretiva Biodiversidade no Relatório de Gestão Ambiental - RGA, no âmbito do Programa Município Verde Azul, para o exercício de 2014.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SMA nº 61/2014	Estabelece procedimento para celebração dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e aprova os modelos dos Termos de Quitação Parcial e Definitivo de Compensação Ambiental. Revoga as resoluções SMA 10/12, 17/12 e 107/13.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Estadual SMA nº 65/2014	Altera dispositivos da Resolução SMA 048, de 26-05-2014, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição
Resolução Conjunta SMA/IBAMA-SPES/SP nº 04/1993	Estabelece normas para o cumprimento da reposição florestal obrigatória no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Flora
Resolução Conjunta SMA/IBAMA/SP nº 01/1994	Dispõe sobre as definições de flora primária e secundária bem como suas características e os estágios por qual passa.	Flora
Resolução Conjunta SAA/SMA/SRHO nº 04/1994	Disciplina a forma e os requisitos para as autorizações para exploração das áreas de várzea no Estado de São Paulo.	Recursos Hídricos
Resolução Conjunta SAA/SMA nº 02/1997	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental, em áreas de preservação permanente, de obras, empreendimentos e atividades de desassoreamento, construções, reforma e ampliação de tanques, açudes e barramentos de corpos d'água.	Flora
Resolução Conjunta SMA/SS nº 01/2002	Dispõe sobre a tritura ou retalhamento de pneus para fins de disposição em aterros sanitários e dá providências correlatas.	Resíduos
Resolução Conjunta SMA-SERHS nº 01/2005	Regula o Procedimento para o Licenciamento Ambiental Integrado às Outorgas de Recursos Hídricos.	Recursos Hídricos
Resolução Conjunta SERHS/SMA nº 01/2006	Dispõe sobre procedimentos integrados para expedição de retificações ou ratificações dos atos administrativos, relativos aos usos dos recursos hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e do licenciamento da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ou de novos atos dessas entidades, para atendimento ao artigo 7º do Decreto Estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006 e dá outras providências.	Recursos Hídricos
Resolução Conjunta SMA/SSRH nº 01/2014	Define as áreas de intervenção do Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, no Estado de São Paulo.	Recursos Hídricos
Deliberação Estadual CONSEMA nº 08/1999	Dispõe sobre a publicação das licenças ambientais.	Licenciamento
Deliberação Estadual CONSEMA nº 38/2009	Institui o Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira.	Unidades de Conservação
Deliberação Estadual CBH-BPG nº 46/2003	Declara crítica a Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Pitangueiras.	Recursos Hídricos
Deliberação Estadual CRH nº 52/2005	Institui no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH diretrizes e procedimentos para a definição de áreas de restrição e controle da captação e uso das águas subterrâneas.	Recursos Hídricos
Deliberação Estadual CONSEMA nº 33/2008	Classifica as sub-regiões do Estado de São Paulo, quanto ao grau de saturação da qualidade do ar.	Proteção Ambiental e Controle da poluição

Lei	Ementa	Tema
Deliberação Estadual CRH nº 90/2008	Aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo. Revoga as deliberações CRH 63/06 e 81/08. Nos termos da Deliberação CRH 140/11, a validade da norma foi estendida até 31.12.2013. Alterada pelas deliberações CRH 123/11 e 160/14.	Recursos Hídricos
Deliberação Estadual CRH nº 101/2009	Aprova decreto que regulamenta a cobrança por utilização dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.	Recursos Hídricos
Deliberação Estadual nº 01/2011	Estabelece procedimentos para solicitação, convocação e realização de audiências públicas no âmbito do Estado de São Paulo. Revoga as deliberações CONSEMA 50/92 e 34/01.	Política de Meio Ambiente
Deliberação Estadual nº 02/2014	Define as atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental passíveis de licenciamento ambiental e autorizações por procedimento simplificado e informatizado, no Estado de São Paulo.	Licenciamento
Deliberação Estadual nº 01/2014	Define os empreendimentos e atividades de potencial impacto local passíveis de licenciamento ambiental em âmbito municipal, no Estado de São Paulo. Revoga a Deliberação CONSEMA 33/09.	Licenciamento
Instrução Normativa SUPES-IBAMA nº 01/1997	Dispõe sobre normas para utilização de parte das áreas de Reservas Ecológicas marginais aos reservatórios hidroelétricos (UHE), para implantação de projetos de uso público ou privado.	Recursos Hídricos
Instrução/Norma Técnica CBMSP nº 36/2011	Estabelece medidas de segurança contra incêndios nas áreas de pátios e terminais de contêineres descobertas, atendendo ao previsto no Decreto 56.819/11 - Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Instrução/Norma Técnica CBMSP nº 37/2011	Estabelece as medidas de segurança contra incêndio em subestações elétricas, atendendo ao prescrito no Decreto 56.819/11 - Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo. Alterada pela Portaria CCB 03/11.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Instrução/Norma Técnica CBMSP nº 32/2011	Estabelece parâmetros para a produção, manipulação e armazenamento de produtos perigosos, atendendo ao previsto no Decreto 56.819/11 - Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco do Estado de São Paulo.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Norma CETESB P4.263(2003)	Dispõe sobre procedimento para Utilização de Resíduos em Fornos de Produção de Clínquer (Processo e/341/2003) - dezembro/2003.	Proteção Ambiental e Controle da poluição
Portaria DPRN nº 75/2006	Institui os novos modelos dos documentos oficiais emitidos pelo DEPRN e suas respectivas finalidades.	Proteção Ambiental e Controle da Poluição

**Quadro 4 - Legislação Municipal Aplicável - Minas Gerais**

Lei	Ementa	Município
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	São Sebastião do Paraíso
Lei Complementar Municipal nº 04/2003	Institui o Parcelamento do Solo do Município.	São Sebastião do Paraíso
Lei Municipal nº 3.059/2003	Institui a Política Municipal de Meio Ambiente.	São Sebastião do Paraíso
Lei Municipal nº 3.094/2004	Dispõe sobre o parcelamento do solo para criação de loteamentos fechados.	São Sebastião do Paraíso
Plano Diretor Municipal	Institui o Plano Diretor do Município de São Sebastião do Paraíso.	São Sebastião do Paraíso
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Jacutinga
Lei Complementar Municipal nº 01/1994	Dispõe sobre construções no município.	Jacutinga
Lei Complementar Municipal nº 03/1996	Institui normas sobre a polícia administrativa.	Jacutinga
Lei Complementar Municipal nº 36/2004	Altera a lei complementar nº 03/1996.	Jacutinga
Lei Complementar Municipal nº 67/2009	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 003 de 30 de dezembro de 1996.	Jacutinga
Lei Municipal nº 1.412/2004	Dispõe sobre a regularização de parcelamentos do solo urbano implantados irregularmente no Município.	Jacutinga
Lei Municipal nº 1.760/2013	Dispõe sobre a política de proteção, de conservação e de controle do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Jacutinga.	Jacutinga
Lei Municipal nº 1.759/2013	Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA de Jacutinga.	Jacutinga
Lei Municipal nº 1.777/2013	Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente.	Jacutinga
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Itamogi
Lei Municipal nº 615/1995	Institui o Código de Posturas do Município de Itamogi, MG.	Itamogi
Lei Municipal nº 611/1995	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo do Município de Itamogi, MG.	Itamogi
Lei Municipal nº 617/1995	Dispõe sobre as construções no Município de Itamogi, MG.	Itamogi
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Monte Sião
Lei Complementar Municipal nº 96/2007	Institui o Plano Diretor do Município de Monte Sião, MG.	Monte Sião
Lei Complementar Municipal nº 157/2012	Dispõe sobre o Novo Código de Obras do Município de Monte Sião.	Monte Sião
Lei Complementar Municipal nº 158/2012	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 96/2007.	Monte Sião
Lei Complementar Municipal nº 115/2008	Dispõe sobre o Código de Uso e Ocupação do Solo e revoga a Lei Complementar nº 103/2008.	Monte Sião
Lei Municipal nº 1.897/2009	Regulamenta o Plantio e Manutenção de Cerca Viva no Município de Monte Sião e dá outras providências.	Monte Sião
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Andradas
Lei Complementar Municipal nº 28/1998	Dispõe sobre o plantio, extração e poda de árvores.	Andradas
Lei Complementar Municipal nº 92/2006	Institui o Plano Diretor Municipal.	Andradas

Lei	Ementa	Município
Lei Municipal nº 1.024/1992	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Andradas
Lei Municipal nº 1.378/203	Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente.	Andradas
Lei Municipal nº 1.420/2005	Regulamenta o Fundo Municipal de Meio Ambiente.	Andradas
Lei Municipal nº 1.636/2013	Estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do Município.	Andradas
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Albertina
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Arceburgo
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Monte Santo de Minas
Lei Complementar Municipal nº 1.553/2006	Institui o Plano Diretor no Município de Monte Santo de Minas, MG.	Monte Santo de Minas
Lei Municipal nº 1.348/2001	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).	Monte Santo de Minas
Lei Municipal nº 1.709/2010	Dispõe sobre a destinação ambiental correta dos pneus inservíveis existentes no Município.	Monte Santo de Minas
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Ibiraci
Lei Complementar Municipal nº 108/2010	Institui o Plano Diretor Municipal de Ibiraci.	Ibiraci
Lei Complementar Municipal nº 013/1993	Dispõe sobre edificações no Município de Ibiraci.	Ibiraci
Lei Municipal nº 628/1981	Institui o Código de Posturas do Município de Ibiraci.	Ibiraci
Lei Municipal nº 1.372/2006	Dispõe sobre atribuições e composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente.	Ibiraci
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	São Tomás de Aquino
Plano Diretor Municipal	Institui o Plano Diretor Municipal de São Tomás de Aquino.	São Tomás de Aquino
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Claraval
Plano Diretor Municipal	Institui o Plano Diretor Municipal de Claraval.	Claraval
Lei Municipal nº 824/1999	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Claraval.	Claraval

Quadro 5 - Legislação Municipal Aplicável - São Paulo

Lei	Ementa	Município
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Franca
Lei Complementar Municipal nº 09/96	Código do Meio Ambiente.	Franca
Lei Complementar Municipal nº 050/2003	Plano Diretor.	Franca
Lei Complementar Municipal nº 057/2003	Plano Viário.	Franca
Lei Complementar Municipal nº 086/2005	Altera redação do artigo 72 da Lei Complementar nº 09, de 26 de novembro de 1996.	Franca
Lei Complementar Municipal nº 120/2007	Acrescenta dispositivos ao Código Municipal do Meio Ambiente.	Franca
Lei Complementar Municipal nº 137/2008	Dispõe sobre o parcelamento do solo no município de Franca.	Franca
Lei Municipal nº 2.047/72	Código de Posturas.	Franca
Lei Municipal nº 1.647/68	Código de Edificações.	Franca
Lei Municipal nº 4.240/92	Reconhece serem de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto.	Franca
Lei Municipal nº 4.420/94	Altera dispositivos da Lei Municipal de Franca nº4.240/92.	Franca
Lei Municipal nº 4.850/92	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COMDEMA).	Franca
Lei Municipal nº 5.048/98	Cria o Jardim Zoobotânico de Franca.	Franca
Lei Municipal nº 6.124/2004	Altera Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COMDEMA).	Franca
Lei Municipal nº 6.680/2006	Disciplina o corte, a poda e cria critérios de arborização no município de Franca.	Franca
Lei Municipal nº 7.274/2009	Cria a Agenda Ambiental no âmbito da Administração Municipal.	Franca
Lei Municipal nº 7.612/2011	Altera Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COMDEMA).	Franca
Decreto Municipal nº 8.724/2006	Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (COMDEMA).	Franca
Decreto Municipal nº 9.140/2008	Regimento Interno do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMMA.	Franca
Decreto Municipal nº 9.160/2008	Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FMMA.	Franca
Decreto Municipal nº 9.619/2011	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.	Franca
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Bragança Paulista
Lei Complementar Municipal nº 486/2005	Cria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.	Bragança Paulista
Lei Complementar Municipal nº 534/2007	Plano Diretor.	Bragança Paulista

Lei	Ementa	Município
Lei Complementar Municipal nº 556/2007	Código de Urbanismo.	Bragança Paulista
Lei Complementar Municipal nº 561/2007	Institui o Estudo de Impacto de Vizinhança e o Relatório de Impacto de Vizinhança.	Bragança Paulista
Lei Complementar Municipal nº 740/2012	Institui a Divisão de Bem-Estar Animal subordinada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 1.146/1971	Código de Obras e Urbanismo.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 1.986/1984	Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Bragança Paulista.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 2.489/1990	Institui o Programa Adote o Verde.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 3.049/1997	Dispõe sobre criação de áreas urbanas de proteção ambiental e paisagística, denominadas bairros verdes.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 3.181/1999	Dispõe sobre limpeza pública do município de Bragança Paulista e dá outras providências.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.049/2009	Dispõe acerca da poluição sonora.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.057/2009	Dispõe acerca da reestruturação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.088/2009	Proíbe o emprego de fogo para fins de limpeza de terrenos e eliminação de lixos.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.163/2010	Institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.236/2011	Dispõe sobre a proibição de queimadas no município de Bragança Paulista.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.265/2011	Institui a política municipal de Recursos Hídricos.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.291/2011	Institui a Guarda Municipal de Bragança Paulista, incluindo a Guarda Municipal Ambiental.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.311/2012	Estatuto de Proteção e Controle dos Animais.	Bragança Paulista
Lei Municipal nº 4.313/2012	Cria o Conselho Municipal do Bem-Estar Animal.	Bragança Paulista
Decreto Municipal nº 339/2007	Regulamenta a Lei Complementar nº 561/2007 que dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.	Bragança Paulista
Decreto Municipal nº 1822/2014	Institui e regulamenta o Núcleo de Conciliação Socioambiental no âmbito do município de Bragança Paulista.	Bragança Paulista
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Itapira
Lei Complementar Municipal nº 4.730/2011	Código do Meio Ambiente.	Itapira
Lei Complementar Municipal nº 4.790/2011	Altera o Código do Meio Ambiente e aprova a versão consolidada.	Itapira
Lei Complementar Municipal nº 3.994/2006	Plano Diretor de Itapira.	Itapira

Lei	Ementa	Município
Lei Complementar Municipal nº 3.995/2006	Lei de Uso, de Ocupação e do Parcelamento do Solo de Itapira.	Itapira
Lei Complementar Municipal nº 4.245/2008	Regulamente e revisa dispositivos da Lei Complementar Municipal Itapira nº3.995/2006.	Itapira
Lei Complementar Municipal nº 4.698/2010	Regulamente e revisa dispositivos da Lei Complementar Municipal Itapira nº3.995/2006.	Itapira
Lei Complementar Municipal nº 4.835/2011	Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal Itapira nº3.995/2006.	Itapira
Lei Municipal nº 2.477/1992	Institui o Código de Posturas.	Itapira
Lei Municipal nº 4.491/2009	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA).	Itapira
Lei Municipal nº 4.497/2009	Institui Projeto de Edificação de Moradia denominado "Habitação Sustentável".	Itapira
Lei Municipal nº 4.507/2009	Institui o Código de Arborização Urbana do município de Itapira.	Itapira
Lei Municipal nº 4.470/2009	Disciplina o serviço e transporte em caçambas de entulhos no Município de Itapira.	Itapira
Lei Municipal nº 4.759/2011	Dispõe sobre a proteção ao Meio Ambiente na comercialização troca e descarte de óleo lubrificante.	Itapira
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	São João da Boa Vista
Lei Complementar nº 1.926/2006	Plano Diretor.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 056/1993	Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e institui o Fundo Municipal do Meio Ambiente.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 505/2000	Cria Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (CONDEPHIC).	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 970/2002	Dispõe sobre poda e corte de árvores nas vias e logradouros públicos de São João da Boa Vista.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.366/2004	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de São João da Boa Vista.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.394/2004	Altera a Lei Municipal nº 1.366/2.004.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.477/2004	Dispõe sobre o Código de Edificações e dá outras providências.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.734/2005	Altera a Lei Municipal nº 1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.899/2006	Altera a Lei Municipal nº 1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.903/2006	Altera a Lei Municipal nº 1.366/2.004.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 1.945/2006	Altera a Lei Municipal nº 1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 2.536/2009	Altera a Lei Municipal nº 1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 2.613/2009	Altera a Lei Municipal nº 1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 2.614/2009	Altera a Lei Municipal nº 1.366/2.004.	São João da Boa Vista

Lei	Ementa	Município
Lei Municipal nº 2.936/2011	Altera a Lei Municipal nº1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 3.023/2011	Altera a Lei Municipal nº 1.477/2.004 - Código de Edificações.	São João da Boa Vista
Lei Municipal nº 3.397/2013	Altera a Lei Municipal nº505/2000 reestrutura o CONDEPHIC.	São João da Boa Vista
Decreto Municipal nº 3.230/2009	Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa.	São João da Boa Vista
Decreto Municipal nº 2.989/2008	Declara o tombamento da Fazenda Cachoeira	São João da Boa Vista
Decreto Municipal nº 3.476/2010	Declara o tombamento da Fazenda Boa Vista	São João da Boa Vista
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Santo Antônio do Jardim
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 2.920/2007	Plano Diretor Participativo.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 2.121/2007	Código de Posturas Municipais.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 3.271/2009	Institui a Política Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 3.271/2009	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 3.330/2009	Altera a Lei nº 3.271, de 9 de Janeiro de 2009.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 3.381/2009	Institui o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PROMGER.	São José do Rio Pardo
Lei Municipal nº 3.393/2009	Institui o Programa Municipal de Proteção das Águas.	São José do Rio Pardo
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Serra Negra
Lei Municipal nº 2.996/2006	Plano Diretor.	Serra Negra
Lei Municipal nº 91/1919	Código de Posturas.	Serra Negra
Lei Municipal nº985/1980	Dispõe sobre parcelamento do solo no município.	Serra Negra
Lei Municipal nº 3.072/2008	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.	Serra Negra
Lei Municipal nº 3.165/2009	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.	Serra Negra
Lei Municipal nº 2.531/2000	Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico, Documental e Ambiental do Município de Serra Negra.	Serra Negra
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Divinolândia
Lei Municipal nº 1.910/2009	Estrutura Administrativa Ambiental do Município.	Divinolândia
Lei Municipal nº 1.984/2010	Proibição de Queimadas.	Divinolândia

Lei	Ementa	Município
Lei Municipal nº 2.009/2011	Institui a utilização de caçambas para recolhimento de resíduos da construção civil.	Divinolândia
Lei Municipal nº 1.787/2007	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Divinolândia
Lei Municipal nº 2.033/2012	Altera a Lei 1.787/2012, que cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Divinolândia
Lei Municipal nº 445/1970	Código de Posturas.	Divinolândia
Lei Municipal nº 449/1970	Código de Obras.	Divinolândia
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Tuiuti
Lei Complementar Municipal nº 16/2006	Plano Diretor.	Tuiuti
Lei Complementar Municipal nº 17/2006	Código de Posturas.	Tuiuti
Lei Complementar Municipal nº 27/2006	Altera o Plano Diretor.	Tuiuti
Lei Municipal nº 359/2008	Institui a Política Municipal do Meio Ambiente.	Tuiuti
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	São Sebastião da Gramma
Lei Complementar Municipal nº 23/2007	Plano Diretor.	São Sebastião da Gramma
Lei Municipal nº 72/2006	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	São Sebastião da Gramma
Lei Municipal nº 22/2006	Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	São Sebastião da Gramma
Lei Municipal nº 79/2010	Dispõe acerca da Educação Ambiental nas escolas municipais.	São Sebastião da Gramma
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 24/2006	Plano Diretor.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 192/1996	Dispõe sobre Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 237/2006	Dispõe sobre limpeza do município.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 271/1998	Cria Área de Proteção Ambiental Permanente determinado trecho de mata ciliar presente no município de Atibaia.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 291/1999	Dispõe sobre emissão de sons e ruídos do município.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 530/2007	Dispõe sobre Caderneta de Obra.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 580/2008	Código de Urbanismo e Meio Ambiente da Estância de Atibaia.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 617/2010	Altera o Código de Urbanismo e Meio Ambiente da Estância de Atibaia.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 654/2012	Altera o Código de Urbanismo e Meio Ambiente da Estância de Atibaia.	Atibaia
Lei Complementar Municipal nº 680/2013	Disciplina os procedimentos para licenciamento e fiscalização da vegetação arbórea em Atibaia.	Atibaia

Lei	Ementa	Município
Lei Municipal nº 2.254/1988	Cria o Conselho de Defesa do Meio Ambiente.	Atibaia
Lei Municipal nº 2.293/1988	Cria o Parque Florestal do Itapetinga.	Atibaia
Lei Municipal nº 3.464/2005	Institui a Política Municipal de Recursos Hídricos de Atibaia.	Atibaia
Lei Municipal nº 3.696/2008	Cria o sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil e outros.	Atibaia
Lei Municipal nº 3.705/2008	Cria Área de Proteção Ambiental das Várzeas do Rio Atibaia.	Atibaia
Lei Municipal nº 3.720/2009	Altera a Lei Municipal nº 2.254/1988.	Atibaia
Lei Municipal nº 3.906/2010	Estabelece normas sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana da estância de Atibaia.	Atibaia
Lei Municipal nº 4.037/2011	Proíbe a realização de queimadas em lotes urbanos e áreas agropastoris ou com vegetação nativa.	Atibaia
Decreto Municipal nº 5.937/2007	Regulamenta a Lei Complementar Municipal de Atibaia nº 192/1996.	Atibaia
Decreto Municipal nº 5.982/2009	Regulamenta a Lei nº 3.696/2008.	Atibaia
Decreto Municipal nº 6.643/2012	Dispõe sobre a apresentação de projetos de edificações.	Atibaia
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Lindóia
Lei Municipal nº 534/1992	Institui o Zoneamento Urbano do Município de Lindóia.	Lindóia
Lei Municipal nº 848/2003	Estabelece o Plano Básico de Diretrizes de Saneamento no Município da Estância Hidromineral de Lindóia.	Lindóia
Lei Municipal nº 861/2003	Altera a Lei Municipal de Lindóia, nº534/1992.	Lindóia
Lei Municipal nº 1.166/2010	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.	Lindóia
Lei Municipal nº 1.182/2010	Altera o Zoneamento Urbano do Município de Lindóia.	Lindóia
Lei Municipal nº 1.242/2011	Dispõe sobre a utilização de produtos e subprodutos florestais na indústria da construção civil.	Lindóia
Lei Municipal nº 1.250/2012	Código de Arborização Urbana de Lindóia.	Lindóia
Lei Municipal nº 1.306/2013	Altera a Lei Municipal de Lindóia, nº534/1992.	Lindóia
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Pinhalzinho
Lei Municipal nº 407/1988	Código de Obras do Município de Pinhalzinho.	Pinhalzinho
Lei Municipal nº 29/1969	Código de Posturas de Pinhalzinho.	Pinhalzinho
Lei Municipal nº 1.164/2009	Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente de Pinhalzinho.	Pinhalzinho
Lei Municipal nº 1.175/2009	Dispõe sobre arborização urbana.	Pinhalzinho
Lei Municipal nº 1.177/2009	Institui a Política Municipal de Educação Ambiental.	Pinhalzinho

Lei	Ementa	Município
Lei Municipal nº 1.244/2010	Dispõe sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico.	Pinhalzinho
Lei Municipal nº 1.310/2011	Regulamenta as solicitações de parcelamento de solo no município de Pinhalzinho.	Pinhalzinho
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Mococa
Lei Complementar Municipal nº249/2006	Plano Diretor	Mococa
Lei Municipal nº 2.712/1996	Código de Obras do Município de Mococa.	Mococa
Lei Municipal nº 1.552/1984	Código de Posturas de Mococa.	Mococa
Lei Municipal nº 1.654/1986	Cria Medidas de preservação do meio ambiente.	Mococa
Lei Municipal nº 3.719/2007	Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente.	Mococa
Lei Municipal nº 3.927/2009	Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.	Mococa
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Vargem Grande do Sul
Lei Municipal nº 2.681/2006	Plano Diretor.	Vargem Grande do Sul
Lei Municipal nº 1.110/1980	Código de Obras.	Vargem Grande do Sul
Lei Municipal nº 1.484/1989	Dispõe sobre a proteção ao Rio Verde.	Vargem Grande do Sul
Lei Municipal nº 3.071/2010	Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	Vargem Grande do Sul
Lei Municipal nº 3.658/2013	Altera a Lei Municipal de Vargem Grande do Sul, nº3.071/2010.	Vargem Grande do Sul
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Monte Alegre do Sul
Lei Municipal nº 1524/2010	Código Municipal de Obras e Edificações no Município de Monte Alegre do Sul.	Monte Alegre do Sul
Lei Municipal nº 1638/2012	Código Municipal de Meio Ambiente de Monte Alegre do Sul.	Monte Alegre do Sul
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Patrocínio Paulista
Lei Orgânica	Organização Municipal, Poderes, Tributação e Orçamento e Ordem Econômica e Social do Município.	Itirapuã
Lei Municipal de nº 917/1989	Dispõe sobre definição de zona urbana do Município e dá outras providências	Itirapuã